

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO ESTADO-MAIOR CONJUNTO
2020/2021**



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**G5 SAHEL – A INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA REGIÃO DO SAHEL E
OS MECANISMOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Adolfo Henrique de Assis Ferreira dos Reis
MAJOR DE INFANTARIA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**G5 SAHEL – A INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA
REGIÃO DO SAHEL E OS MECANISMOS DE
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

MAJOR, INFANTARIA Adolfo Henrique de Assis Ferreira dos Reis

Trabalho de Investigação Individual

Pedrouços 2021



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**G5 SAHEL – A INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA
REGIÃO DO SAHEL E OS MECANISMOS DE
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

MAJOR, INFANTARIA Adolfo Henrique de Assis Ferreira dos Reis

Trabalho de Investigação Individual

Orientador: Tenente-Coronel GNR, Marco António Ferreira da Cruz

Pedrouços 2021



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Adolfo Henrique de Assis Ferreira dos Reis**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**G5 Sahel – A intervenção Portuguesa na região do Sahel e os mecanismos de cooperação internacional**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida, enquanto auditor do **Curso de Estado Maior Conjunto 2020/2021** no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas. Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **12 de maio de 2021**

Adolfo Henrique de Assis Ferreira dos Reis



Agradecimentos

A todas aqueles que partilharam comigo a sua experiência e conhecimento, pela disponibilidade e profissionalismo demonstrados, e cujos contributos foram fundamentais para a concretização do presente trabalho.

Uma palavra especial ao meu orientador, Tenente Coronel Marco António Ferreira da Cruz, pela inexcidível ajuda, colaboração e constante preocupação em seguir a investigação, nunca permitindo que subsistissem dúvidas ou dificuldades, apresentando sempre críticas pertinentes, que me permitiram seguir um rumo consistente.

Por ultimo, à minha esposa e filhos pela privação da minha companhia, pelo apoio e compreensão que sempre mostraram ter para que me pudesse dedicar de corpo e alma a este projeto, a eles “tudo o que há no universo até ao infinito”.



Índice

1.	Introdução	1
2.	Enquadramento teórico e conceptual	4
2.1	Revisão de literatura	4
2.2	Modelo de análise	6
3.	Metodologia e método	9
3.1	Metodologia.....	9
3.2	Método	9
3.2.1	Instrumentos de recolha de dados	9
3.2.2	Entrevistas	9
4.	Apresentação de dados.....	10
4.1	Desafios securitários nos países do G5 Sahel	10
4.1.1	Terrorismo, radicalização e tensões intercomunitárias	10
4.1.2	Imigração ilegal/tráfico de pessoas	11
4.1.3	Tráfico transnacional de estupefacientes e de armas	13
4.1.4	(In)Segurança energética.....	14
4.2	A organização do G5 Sahel.....	16
4.3	Participação portuguesa nos países do G5 Sahel.....	19
4.3.1	União Europeia	19
4.3.2	Organização das Nações Unidas.....	21
4.3.3	Acordos multilaterais	23
5.	Discussão de resultados	25
6.	Conclusões	28
	Referências bibliográficas	31

Índice de Apêndices

Apêndice A – Metodologia de investigação.....	Apd A - 1
Apêndice B – Universo de entrevistados	Apd B - 1
Apêndice C – Guião de entrevistas.....	Apd C - 1
Apêndice D – Sinopses de entrevistas	Apd D - 1
Apêndice E – Análise de entrevistas.....	Apd E - 1



Índice de Figuras

Figura 1 - Evolução da atividade violenta no Sahel 2012-2021.....	10
Figura 2 - Dispersão das atividades terroristas no Sahel.....	11
Figura 3 - Principais rotas de migração trans-Saharianas	12
Figura 4 - Principais rotas de tráfico trans-Saharianas	13
Figura 5 - Principais rotas de tráfico de cocaína	14
Figura 6 - Gasoduto transariano	15
Figura 7 - Área de operações da FC G5-Sahel.....	19
Figura 8 - Missões da PCSD em 2020	20

Índice de Quadros

Quadro 1 - Metodologia de investigação	Apd A - 1
--	-----------

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Universo de entrevistados.....	Apd B - 1
Tabela 2 - Guião de entrevistas	Apd C - 1
Tabela 3 - Sinopses de entrevistas	Apd D - 1
Tabela 4 - Análise de entrevistas	Apd E - 1



Resumo

O presente trabalho tem como objeto de investigação a intervenção portuguesa na região do Sahel através de mecanismos de cooperação internacional, pretendendo-se analisar os objetivos de Segurança e de Defesa da intervenção portuguesa nessa região. Para atingir este objetivo a metodologia aplicada seguiu uma estratégia de investigação qualitativa, segundo um processo de raciocínio dedutivo.

Identificou-se que os desafios securitários na região saheliana têm uma influência direta reduzida nas dimensões securitárias nacionais. Porém, enquanto membro da União Europeia, essa influência faz-se sentir de forma indireta. Também a organização do G5 Sahel constituiu-se como um elemento de charneira para a resolução dos problemas regionais, pese embora necessite do apoio internacional. Este apoio é prestado através de vários mecanismos de cooperação internacional, os quais contam com a participação nacional, não só ao nível da União Europeia e Organização das Nações Unidas, mas também através de acordos multilaterais e bilaterais.

Concluiu-se que a participação portuguesa no Sahel não se prende com a existência de interesses na região, mas sim, com a vontade de afirmação nacional em ser um interlocutor privilegiado para os assuntos de segurança e defesa, em África e ao nível dos parceiros ocidentais, permitindo a obtenção de poder negocial nas organizações que integra, bem como, bilateralmente.

Palavras-chave:

Sahel, G5 Sahel, Segurança e Defesa, União Europeia, Organização das Nações Unidas, Portugal, Mecanismos de Cooperação Internacional



Abstract

This work has for an object of investigation the Portuguese intervention in the Sahel region through mechanisms of international cooperation, intending to analyze the objectives of Security and Defense of the Portuguese intervention in that region. To achieve this goal, the applied methodology followed a qualitative research strategy, according to a deductive reasoning process.

It was identified that the security challenges in the Sahelian region have no direct influence on the national security dimensions, however, as an EU member, this influence is felt indirectly. The organization of the G5 Sahel also constituted itself as a pivotal element for the resolution of regional problems, despite the need for international support. This support is provided through various international cooperation mechanisms, which rely on national participation, not only at the EU and UN level but also through multilateral and bilateral agreements.

It was concluded that the Portuguese participation in the Sahel is not linked to the existence of interests in the region but to the desire for national affirmation in being a privileged interlocutor for security and defense issues, in Africa and at the level of Western partners, allowing the obtaining of negotiating power in the organizations it integrates as well as at bilateral level.

Keywords:

Sahel, G5 Sahel, Security and Defense e Defesa, European Union, United Nations, Portugal, Mechanisms for International Cooperation



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AJP	<i>Allied Joint Publication</i>
AQMI	<i>Al-Qaida do Magreb Islâmico</i>
ACLED	<i>Armed Conflict Location & Event Data Project</i>

C

CDS	Comissão de Defesa e Segurança
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CI	Comunidade Internacional
CS	Concelho de Segurança
CEDN	Conselho Estratégico de Defesa Nacional
CEMC	Curso de Estado-Maior Conjunto

D

DDN	Dia da Defesa Nacional
DIPLAEM	Divisão de Planeamento Estratégico Militar

E

EM	Estado Maior
ESDS	Estratégia para a Segurança e Desenvolvimento do Sahel
EEAS	<i>European Union External Action Service</i> (Serviço Europeu Ação Externa)
EUCAP	<i>European Union Capabilty Building</i>
EUTM	<i>European Union Training Mission</i>
EGF	<i>EUROGENDFOR</i>

F

FC	Força Conjunta
FAP	Força Aérea Portuguesa
FAMa	Forças Armadas do Mali
FFAA	Forças Armadas
FDS	Forças de Defesa e Segurança



FS	Forças de Segurança
G	
GSENEC	Gabinete da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
GCI	<i>Groupement Spécial d'Intervention</i>
GARSI	<i>Groups d'Action Rapides Surveillance et Intervention</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
G5S	G5-Sahel
I	
IUM	Instituto Universitário Militar
ICG	<i>Internacional Crisis Group</i>
ISIL	<i>Islamic State in Iraq and the Levant</i>
M	
MINUSMA	<i>Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali</i>
MCI	Mecanismos de Cooperação Internacional
N	
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NSDS	<i>NATO Strategic Direction South</i>
O	
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
ONU	Organização das Nações Unidas
P	
PSP	Polícia de Segurança Pública



Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

S

S&D	Segurança e de Defesa
SEAE	Serviço Europeu Ação Externa
SOC-SU	<i>Serious Organized Crime Support Unit</i>

U

UA	União Africana
UE	União Europeia
UNOCHA	Organização das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
UN	<i>United Nations</i>
UNISS	<i>United Nations Integrated Strategy for the Sahel</i>
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
UNSC	<i>United Nations Security Council</i>
UNPS	<i>United Nations Support Plan for the Sahel</i>



1. Introdução

O Sahel é a faixa de terreno a sul do deserto do Sahara e a norte da savana africana, estendendo-se desde o oceano Atlântico até ao Mar Vermelho, e com uma largura média de 600 Km, compreendendo os seguintes países: Senegal, Mauritânia, Mali, Burquina Faso, Níger, Argélia, Nigéria, Chade, Sudão e a Eritreia (Britannica, 2021).

Esta região, outrora estável, é atualmente, uma das regiões mais instáveis do globo enfrentando enormes desafios, desde o nível social, à segurança interna dos Estados que o constituem, passando por um descontentamento com a classe política. Identifica-se como catalisador específico, da instabilidade regional, os eventos que tiveram início no Mali em 2012, e que até ao início de 2017 tiveram pouco impacto nos países vizinhos, mas que desde então têm influenciado toda a região, bem como as políticas da comunidade internacional (CI) (United Nations [UN], 2019)

Em janeiro de 2012, três anos após o último acordo de paz entre o norte e o sul do Mali, deu-se a quarta revolução “*Tuareg*” que ao contrário de revoluções anteriores, estava melhor preparada e organizada, mas acima de tudo, os rebeldes pareciam possuir melhor equipamento do que os seus antecessores (Grégory & Damme, 2015, p. 10).

A crise no norte do Mali levou ao colapso do Estado e à perturbação dos serviços básicos em grande parte daquela região, serviços como a educação, a saúde e a segurança deixaram de ser prestados pelo Estado. (Tobie & Chauzal, 2018, p. 01)

Fruto da situação no norte do país, agravado pelas primeiras baixas e associado à falta de condições por parte das Forças Armadas do Mali (FAMa), em março de 2012, um golpe militar depôs o então presidente *Amadou Toumani Touré*, levando a um período de transição de 18 meses que agravou o colapso do Estado que se mostrava incapaz de resolver a situação (Tobie & Chauzal, 2018, p. 2; Grégory & Damme, 2015, p. 13).

Segundo o relatório 293/20 do *Internacional Crisis Group*, (ICG, 2020), a partir de 2016, verificou-se um alastramento da violência do centro do Mali para as regiões sul e sudoeste de *Mopti*, bem como, para os países vizinhos, Burquina Faso e Níger, tendo vindo a aumentar desde então. Também a origem da violência evoluiu, se inicialmente, a sua origem era maioritariamente proveniente de grupos *jihadistas*, desde esse ano ataques de origem ética passaram a ser frequentes, abrangendo áreas mais vastas.

Vários estudos, a exemplo dos elaborados por Tobie (2017) e Tobie & Chauzal (2018) afirmam que a principal causa de insegurança no Mali não são os grupos armados, sejam terroristas ou étnicos, mas sim o desemprego, a pobreza, a falta de água e eletricidade, bem como a falta de infraestruturas estatais. No entanto, de acordo com Woldemichael (2020) os



grupos extremistas têm vindo a aumentar a sua capacidade de iniciar e sustentar operações militares ofensivas. Além disso, têm desenvolvido a capacidade de financiar as suas operações através de ligações ao crime organizado internacional tais como a pirataria e as atividades de mercenarismo, a par de tráfico transnacional.

Face a contexto, considera-se pertinente o estudo da região do Sahel, fruto da evolução da degradação das condições de segurança, uma vez que as atividades aí desenvolvidas tem uma influência, primariamente, ao nível dos diferentes Estados e da própria região e, consequentemente, na segurança da fronteira sul da Europa e no desenvolvimento das políticas da União Europeia (UE).

É neste âmbito, de securitização da fronteira num contexto mais alargado, que a intervenção portuguesa na região do Sahel tem vindo a ser feita, em linha com a abordagem global da UE, participando no esforço de estabilização da região, através de vários mecanismos, não exclusivamente da união. Para além destas iniciativas Portugal tem vindo a mostrar o seu apoio às iniciativas regionais sahelianas, como sendo o principal promotor da “apropriação regional da crise de segurança” (Republica Portuguesa, 2021).

Este trabalho tem como objeto de investigação a intervenção portuguesa na região do Sahel através de Mecanismos de Cooperação Internacional (MCI).

No domínio temporal, opta-se por delimitar esta investigação ao período compreendido entre o ano de 2013 e 2021, uma vez que este período corresponde ao início de várias operações militares na região do Sahel, contando com participação portuguesa. A investigação incidirá sobre a intervenção portuguesa, através de mecanismos de cooperação, na área geográfica dos países que constituem o G5-Sahel (G5S), por se tratar de uma região onde os problemas com a insegurança têm vindo a crescer levando a um aumento da pressão sobre os governos e da CI. No que respeita ao conteúdo, o estudo concretiza uma análise ao modo como Portugal intervém na região Saheliana através das diversas organizações internacionais, acordos bilaterais e multilaterais, centrando, prioritariamente, no estudo dos domínios da Segurança e de Defesa (S&D).

Durante o desenvolvimento da investigação, a grande dificuldade prendeu-se com a dispersão bibliográfica no que concerne à participação nacional na região do Sahel, aliado ao facto de que essa mesma bibliografia não abordar ou identificar os objetivos nacionais que justificam a participação em operações e missões naquela região. Assim, identificar quais os objetivos securitários que levam Portugal a intervir na região em estudo constituiu-se como o principal problema da investigação.



O Objetivo Geral (OG) desta investigação é analisar os objetivos de Segurança e de Defesa da intervenção portuguesa no Sahel, através dos mecanismos de cooperação internacional. De forma a atingir o objetivo geral da investigação, identificam-se três Objetivos Específicos (OE).

- OE 1 – Identificar os desafios securitários no Sahel com impacto em Portugal.
- OE 2 – Caracterizar a organização do G5-Sahel.
- OE 3 – Identificar a participação portuguesa na região do G5-Sahel.

No sentido de orientar o processo de investigação, procedeu-se à identificação da seguinte Questão Central (QC) “Em que medida a intervenção portuguesa no Sahel, através de mecanismos de cooperação internacional, contribui para os objetivos de Segurança e Defesa?” sendo para delimitação e sistematização do estudo deduzidas três questões derivadas (QD):

- QD 1 – Que desafios securitários, com impacto em Portugal enfrentam os países do G5-Sahel?
- QD 2 – Como se caracteriza a organização do G5-Sahel?
- QD 3 – Quais os mecanismos de cooperação internacional presentes no Sahel, que contam com a participação portuguesa?

Relativamente à organização do trabalho, o mesmo é composto por seis capítulos, incluindo a introdução e conclusões. O segundo capítulo explana o enquadramento teórico e conceptual, seguido do capítulo, em que é explicada a metodologia e método utilizados. O quarto capítulo centra-se na apresentação de dados onde se aborda cada uma das QD, sendo a discussão de resultados elaborada no quinto capítulo. Por fim, nas conclusões, efetua-se o sumário das grandes linhas de investigação e dos resultados obtidos.

2. Enquadramento teórico e conceptual

A edificação do presente trabalho foi alicerçada com base, numa revisão de literatura, permitindo identificar o problema e rever o estado da arte, assim como encontrar uma nova abordagem ao assunto. Posteriormente, foram identificados alguns conceitos fundamentais, permitindo uma melhor compreensão e enquadramento para a análise pretendida.

2.1 Revisão de literatura

O Conselho Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, 2013), aprovado em 2013, elenca os seguintes interesses de Portugal: afirmar a sua presença no mundo; consolidar a sua inserção numa sólida rede de alianças; defender a afirmação e a credibilidade externa do Estado; valorizar as comunidades portuguesas e contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional.

Ainda de acordo com o mesmo documento, a integração portuguesa em alianças como a UE e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)/*North Atlantic Treaty Organization* (NATO) são consideradas vitais para a S&D nacional, complementadas com parcerias estratégicas bilaterais, quer com outros membros da comunidade europeia e ocidental, quer no espaço lusófono, e ainda, na zona do Magrebe e com as potências emergentes (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, 2013).

Também o CEDN prevê que em complementaridade ao vetor militar, as forças e serviços de segurança, a par da diplomacia e da justiça, são vetores para consolidar Portugal no seu estatuto de coprodutor de segurança internacional. Este esforço será conseguido na África subsaariana, quer através de acordos bilaterais, quer no quadro da UE e internacionais, para ajudar a promover processos de integração económica e política regional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, 2013).

No que concerne ao programa do XXII Governo Constitucional (2019, pp.39), uma prioridade para o quadriénio 2019-2023 será “preparar e realizar, no primeiro semestre de 2021, a Presidência Portuguesa da União Europeia, tendo como prioridades a Europa social, o Pacto para a Europa Verde, a transição digital e a relação entre a Europa e a África.”

No âmbito do plano económico, a África subsaariana tem um peso relevante na balança comercial nacional, bem como nas dinâmicas de investimento, e há igualmente um número muito significativo de empresas nacionais com uma presença bem-sucedida em diversos países da África Subsariana, nos mais variados setores. Como bloco regional, o continente africano é o segundo destino das exportações portuguesas, logo após a UE (Portal diplomatico, n.d.).



No quadro das relações bilaterais, no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, entre Portugal e os países que constituem a organização do G5S, de acordo com o sítio da defesa nacional, apenas estão estabelecidas relações com a Mauritânia, tendo sido desenvolvidas desde 2011 até à presente data as seguintes atividades (Ministério da Defesa Nacional, n.d.).

- Em 2011 realizou-se a 1ª Comissão Mista de Defesa.
- A 3ª Reunião da Comissão Mista teve lugar no dia 17 de fevereiro de 2016, visando a retoma das relações de cooperação no âmbito da Defesa entre a República Portuguesa e a República Islâmica da Mauritânia. Ainda nesse ano, tiveram lugar duas ações, que envolveram o Centro de Tropas de Operações Especiais do Exército português e o *Groupement Spécial d'Intervention* – GCI, do Exército da Mauritânia.
- Em dezembro de 2018, realizou-se em Nouakchott, a 4ª Comissão Mista de Defesa, no seio da qual foi negociado um plano de atividades para 2019, privilegiando a formação e treino militares bem como a segurança marítima.
- Existência de um Adido de Defesa (não residente) em Nouakchott.

Na sua estratégia para a segurança e desenvolvimento do Sahel, o Serviço Europeu para a Ação Externa da União Europeia identifica quatro temas principais (*European Union External Action Service* [EEAS], 2015):

- Ajudar estes países a atingir segurança é fundamental para capacitar as suas economias para crescer e reduzir a pobreza;
- Alcançar segurança e desenvolvimento no Sahel só é possível através de uma coordenação regional muito estreita. Sendo neste momento esta coordenação mais fraca do que a necessidade, tendo a UE um papel fundamental no apoio a esta tarefa;
- A UE tem uma missão importante a desempenhar no desenvolvimento da economia para a população do Sahel e na ajuda ao estabelecimento de um ambiente seguro e estável, no qual os interesses dos cidadãos da UE possam também ser protegidos.

De notar que, segundo Tobie (2017, p. 01), no plano internacional, os principais investimentos que têm sido feitos no Sahel, mais particularmente no Mali, são no âmbito da segurança, destacando-se os realizados no combate ao terrorismo, formação e assessoria das Forças de Defesa e Segurança (FDS). Desde a intervenção militar francesa, com a operação *Serval*, até à *Multidimensional Integrated Stabilization Mission* no Mali (MINUSMA),



passando pela operação de combate ao terrorismo levada a cabo pela França na região do Sahel (Operação *Barkhane*), até à UE, que mantém na região duas missões, uma primeira voltada para a formação e treino das FAMa e a segunda vocacionada para a edificação de capacidades no sector da segurança, não tem havido um investimento significativo para o desenvolvimento económico, seja no tecido empresarial ou na sociedade.

Existem, ainda, outros investimentos internacionais de cooperação que abordam outras áreas que não a segurança, também de iniciativa maioritariamente europeia, como a Coligação para o Sahel, da qual Portugal faz parte, com o objetivo de apoiar os países que constituem o G5S (Gabinete da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação [GSENEC] , 2020).

Se a maioria dos autores apresentados anteriormente fundamenta que o investimento no Sahel foi, até à atualidade, feito maioritariamente no sector da S&D, por outro lado, segundo Pinto (2014, pp. 2–5) a resposta da CI previa, em 2014, um investimento considerável não só no sector de S&D mas também noutras áreas, tal como a ajuda humanitária e de emergência, num valor de dois mil milhões de dólares, por um período de três anos. A Organização das Nações Unidas (ONU) privilegiou, para o período de 2014 a 2017, uma abordagem baseada na ajuda humanitária e de emergência às populações sahelianas. Neste sentido, o Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (*United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* - UNOCHA) desenvolveu um plano trienal para a região do Sahel para ajuda humanitária a mais de 20 milhões de pessoas. Também a EU definiu um conjunto de objetivos de médio e longo-prazo, divididos em quatro grandes áreas (governança, desenvolvimento e resolução de conflitos; coordenação política regional; segurança e primado da lei; e prevenção e luta contra o extremismo violento e a radicalização).

2.2 Modelo de análise

Considerando que o trabalho aborda as questões de segurança que atualmente se fazem sentir na região do Sahel, é importante enquadrar este conceito bem como as dimensões abordadas na presente investigação.

O conceito de segurança tem evoluído ao longo dos tempos, contudo, segundo Buzan (1998), o mesmo está diretamente relacionado com a sobrevivência, seja de um Estado, um governo, uma sociedade ou um território, quando exposto a uma ameaça.

O mesmo autor define e classifica a segurança por áreas de atuação/setores de atividade. No presente trabalho, abordam-se a dimensão de segurança militar e a dimensão societal. A primeira está diretamente relacionada com a capacidade de os governos fazerem

face a ameaças militares internas e externas, podendo também envolver o uso do instrumento militar para defender Estados ou governos contra ameaças não militares, como a migração ilegal, o tráfico ou diferentes ideologias (Buzan et al., 1998, p. 50).

A segurança societal está intimamente relacionada com segurança política, caracterizando-se pelo estabelecimento da relação entre a identidade, a auto-conceção de comunidades e de indivíduos que se identificam como membros de uma comunidade. Essas identidades são distintas, embora muitas vezes não haja uma separação explícita com as organizações políticas relacionadas com os governos (Buzan et al., 1998, p. 119).

Também, e para melhor compreender o contexto no qual Portugal tem participado e integrado vários organismos internacionais, faz sentido definir o conceito de multilateralismo que segundo Keohane, (1990, cit. por Fernandes & Simão, 2020, p. 18) pode ser genericamente definido como “a prática de coordenação de políticas nacionais entre três ou mais Estados, através de arranjos *ad hoc* ou de instituições”.

De notar que a atuação das organizações que Portugal integra e que fazem uso do instrumento militar, aplicam o conceito/princípio de abordagem compreensiva, sendo o mesmo adotado ao nível nacional.

Assim, de acordo com o *Allied Joint Publication* (AJP), consagra que os militares, embora essenciais, são insuficientes para lidar por si só com uma crise. Estes desafios exigem uma abordagem compreensiva (*comprehensive approach*) pela CI, o que inclui a ação coordenada de uma diversidade de atores militares e não militares. A implementação efetiva de uma abordagem compreensiva requer que todos os atores contribuam com um objetivo comum, baseados num sentido de responsabilidade comum, abertura e determinação (NATO *Standardization Office* [NSO], 2017, pp. 2–4).

A Comissão Europeia (2013), na sua estratégia de abordagem global considera que a mesma significa, além da utilização conjunta dos instrumentos e recursos da UE, também a responsabilidade partilhada dos intervenientes a nível da UE e dos Estados-Membros.

A ONU utiliza para a “abordagem compreensiva” o termo “*Integrated UN presence*” que poderá ser definido como a configuração do sistema da ONU em todas as situações de conflito e pós-conflito, onde a ONU tem uma “*country team*” e uma operação de paz multidimensional ou uma “*Special Political Mission/office*”, independentemente se a presença é estruturalmente integrada (UN, 2013).

Para além do relacionamento multilateral com as demais organizações, Portugal desenvolve, mantém ou potencia novas cooperações internacionais com diversos Estados, constituindo-se, portanto, a cooperação internacional como um instrumento ao serviço da

política externa refletindo, na sua generalidade, as áreas geográficas e os países com os quais um Estado tem relações preferenciais (Direção Geral da Política de Justiça, 2021).

De acordo com Kehoane (1989, cit. por Sangreman, 2009, p. 15), a cooperação internacional é definida pelo cálculo de custos e benefícios por parte dos Estados:

“A state do not typically cooperate out of altruism or empathy with the plight of others nor for the sake off pursuing what they conceive as international interest. They seek wealth and security for their own people, as search for power as a means to these ends.”

Dentro do quadro de atividades desenvolvidas podem-se enquadrar, no âmbito do presente trabalho, as atividades no âmbito da defesa, sendo este um conceito mais restrito que o conceito de segurança apresentado anteriormente, estando diretamente relacionado com as ameaças militares externas que podem afetar um Estado e ou uma organização e à consequente avaliação subjetiva do risco que essas ameaças representam. No domínio da defesa, as cooperações têm como objetivos contribuir para a paz e segurança internacionais, para o estreitamento das relações com os países parceiros e para o reforço da credibilidade de Portugal no quadro das relações internacionais (Direção Geral de Política de Defesa Nacional, 2021; Silva, 2009).

No âmbito do que é a segurança e a defesa, considera-se pertinente apresentar o conceito de securitização, uma vez que o mesmo se apresenta como sendo um conceito restrito. Assim, segundo Buzan (1998, p. 25) a definição exata de securitização bem como dos seus critérios constituem-se pelo estabelecimento de uma relação entre uma ameaça existencial e um acontecimento suficiente relevante para ter efeitos políticos substanciais, contudo, a verificação destes dois fatores não conduzem a um processo de securitização por si só, é necessário que o agente securitizador (Estado, governo, ou organização) esteja disposto a quebrar regras ou procedimentos, que de outra forma teria de cumprir.



3. Metodologia e método

3.1 Metodologia

A metodologia de investigação científica utilizada no presente trabalho, detalhada no apêndice A, segue as orientações metodológicas estabelecidas no Instituto Universitário Militar (IUM) (L. A. B. Santos & Lima, 2019).

No que concerne à posição filosófica, será seguida uma abordagem ontológica construtivista, pois considera-se que a sociedade está em constante mutação sendo moldada pelos diversos atores sociais. No âmbito da epistemologia, será tida uma posição interpretativista dado que se pretende compreender como é que Portugal se relaciona com outros atores do sistema internacional a fim de intervir no Sahel (L. A. B. Santos & Lima, 2019).

Adotar-se-á um raciocínio dedutivo, na medida em que se pretende analisar a estratégia portuguesa para o Sahel através da integração nacional em MCI, identificando a relação de Portugal com outros atores internacionais. Para efetuar a abordagem proposta será utilizada uma estratégia qualitativa, recorrendo-se as técnicas de entrevistas semiestruturadas e análise documental (L. A. B. Santos & Lima, 2019).

Quanto ao desenho de pesquisa a utilizar, adotar-se-á o estudo transversal uma vez que se pretende compreender, através da recolha de informação nos vários mecanismos de cooperação, a atuação Portuguesa no Sahel (L. A. B. Santos & Lima, 2019).

3.2 Método

3.2.1 Instrumentos de recolha de dados

Para auxiliar no desenvolvimento deste trabalho, os instrumentos metodológicos serão reduzidos a dois instrumentos de recolha de dados: as entrevistas semiestruturadas e a análise documental. A análise documental basear-se-á sobretudo em fontes primárias, entre as quais legislação e conceitos estratégicos (L. A. B. Santos & Lima, 2019, pp. 72–88).

3.2.2 Entrevistas

Dado a especificidade do tema, a área geográfica abrangente e os diferentes mecanismos de cooperação onde Portugal está inserido, proceder-se-á à realização de entrevistas a entidades militares e civis que por desempenharem ou terem desempenhado funções em organizações nacionais e internacionais são considerados especialistas na área em estudo. As entrevistas realizadas serão do tipo semiestruturadas, com o objetivo de verificar ou aprofundar a informação recolhida na análise documental.

4. Apresentação de dados

Na última cimeira dos países do G5S, realizada em 16 fevereiro do presente ano, o primeiro-ministro português identificou o Sahel como uma prioridade estratégica para a UE, uma vez que a segurança da região do Sahel está incontestavelmente ligada à segurança da Europa. É neste contexto que Portugal orienta o seu esforço em linha com a abordagem global da UE, participando no esforço de estabilização da região, através de vários mecanismos. Para mais, identifica a Força Conjunta (FC) do G5S, como sendo o principal promotor da “apropriação regional da crise de segurança” (Republica Portuguesa, 2021).

4.1 Desafios securitários nos países do G5 Sahel

Em 2010, a UE definiu a sua estratégia para o Sahel, onde identificou a pobreza extrema, alterações climáticas, crises alimentares, rápida taxa de crescimento, fraca governação, corrupção, tensões intercomunitárias, o risco do terrorismo e da radicalização e o tráfico ilegal como as razões que contribuem para que o Sahel seja considerado uma das regiões mais pobres do mundo (EEAS, 2015).

Na mesma linha, também o CEDN aponta a África subsaariana como uma região de extrema pobreza, com enormes recursos naturais onde proliferam Estados frágeis ou em colapso, o que tem implicações securitárias em sentido lato, onde se destaca o terrorismo, o crime organizado associado ao tráfico transnacional e a insegurança energética (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, 2013).

4.1.1 Terrorismo, radicalização e tensões intercomunitárias

Desde o início do conflito do Mali, em 2012, que a segurança no Sahel se tem vindo a deteriorar, tendo o número de incidentes/ataques relacionados com atividades terroristas e confrontos étnicos aumentado, registando-se um aumento 35% no número de incidentes de 2019 para 2020 (Figura 1) (The Armed Conflict Location & Event Data Project [ACLED], 2021; Muggah & Cabrera, 2019).

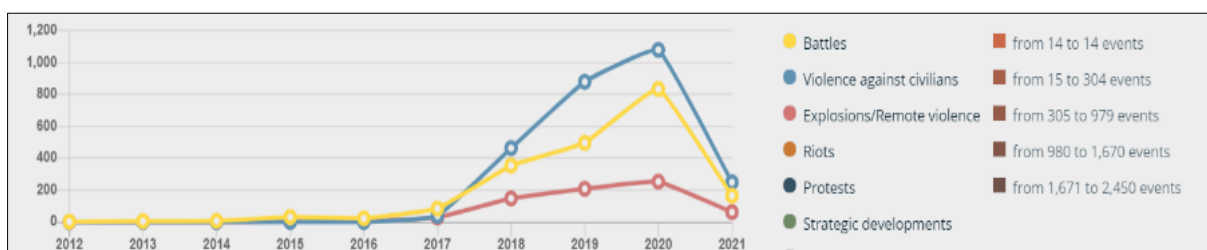


Figura 1 - Evolução da atividade violenta no Sahel 2012-2021

Fonte: ACLED (2021).

A expansão da atividade terrorista está associada a vários fatores, desde a falta de presença do Estado na região, à desertificação, como resultado das alterações climáticas.

Estes dois fatores criaram as condições para que os grupos terroristas pudessem recrutar novos elementos, bem como aumentou a sua liberdade de ação, predominantemente na região das três fronteiras entre o Mali, Níger e Burkina Faso e também na região de Gao e Tombuctu, onde teve início a revolta Tuaregue em 2012 (Africa Center for Strategic Studies [ACSS], 2020; ACLED, 2018) (Figura 2).

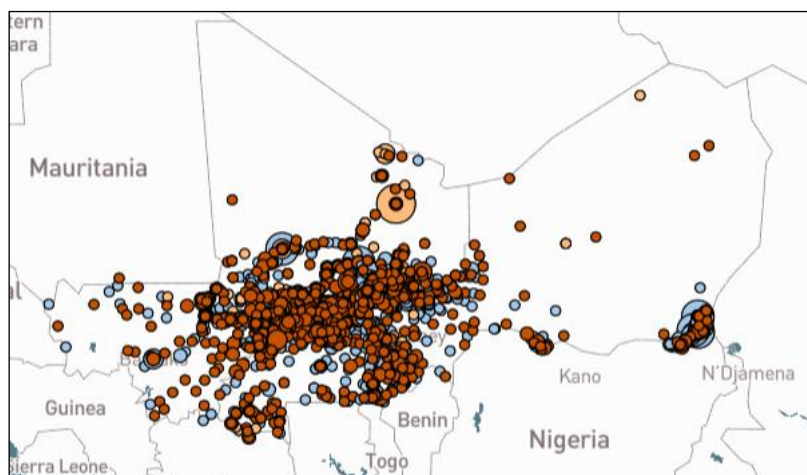


Figura 2 - Dispersão das atividades terroristas no Sahel

Fonte: ACLED (2020).

De acordo com a ONU, as atividades das diversas organizações terroristas têm evoluído no que concerne ao seu modo de atuação, dominando já a fabricação e a aplicação de Engenheiros Explosivos Improvisados (EEI) e destruindo edifícios públicos a fim de eliminar a presença do Estado, evitando que a administração local consiga prestar os serviços essenciais. (United Nations Security Council [UNSC], 2020).

Também a cooperação entre os vários grupos jihadistas ligados à *Al-Qaeda* do Magreb Islâmico (AQMI) e os afiliados ao *Islamic State in Iraq and the Levant* (ISIL) têm aumentado a sua capacidade de realizar ataques na região das três fronteiras, com riscos de expansão para o sul do Mali e por toda a África Ocidental. A estratégia jihadista de fomentar rivalidades tradicionais entre comunidades, desestabiliza ainda mais toda a região, tornando a atuação do Estado e de outras organizações ainda mais difícil. A exclusão dos grupos signatários dos acordos de Argel, das negociações de paz, em setembro de 2019, aumentou o risco da ligação destes aos grupos insurgentes no norte do Mali e no Níger (GardaWorld, 2020).

4.1.2 Imigração ilegal/tráfico de pessoas

O tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes são crimes altamente lucrativos, onde as redes de contrabando geram milhares de milhões de dólares de lucros anualmente

em todo o mundo e têm-se vindo a tornar uma preocupação cada vez maior para os Estados do Sahel (UNODC, 2017).

Em 2010, a *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC) estimou que o contrabando de migrantes da África Ocidental para a Europa gerava 150 milhões de dólares por ano, e que a partir de 2015, considerando os fluxos de migração irregular e o impacto que teve na Europa e continua a ter, é expectável que estes valores tenham aumentado consideravelmente (UNODC, 2017).

A Líbia e a Argélia são historicamente países de destino para as populações da região do Sahel, em particular do Mali e do Níger. Esta relação histórica levou a que fossem estabelecidas rotas formais de migração, constituindo-se, atualmente, a principal via de acesso à Europa via mediterrâneo ocidental, como mostra a Figura 3. Estima-se que, em 2016, 310.000 migrantes viajaram de Agadez para a Líbia e que outros 30.000 migrantes viajaram desse mesmo ponto para a Argélia. Gao, no Mali, é um centro de trânsito um pouco menor, com cerca de 30.000 a 40.000 migrantes estimados em viagem para a Argélia, em 2016. De Gao e Agadez, os migrantes geralmente viajam para Sebha na Líbia ou Tamanrasset na Argélia. Esses centros de trânsito constituem pontos de passagem para os migrantes que procuram trabalho temporário na região, bem como para os migrantes que escolhem ou que são forçados a viajar mais para o norte, para a área costeira e/ou Europa (Molenaar & Kamouni Janssen, 2017).

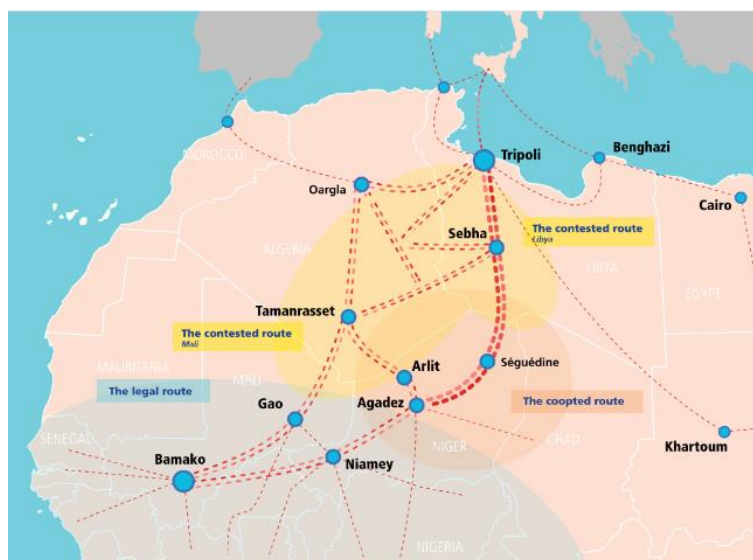


Figura 3 - Principais rotas de migração trans-Saarianas

Fonte: Molenaar & Kamouni Janssen (2017).

4.1.3 Tráfico transnacional de estupefacientes e de armas

Paralelamente ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, o Sahel, têm vindo a ser explorado não só por grupos criminosos, mas também por grupos terroristas/armados que atuam na região, como forma de financiamento das suas atividades (Nellemann et al., 2019).

Os estupefacientes e as armas são os principais bens traficados na região. A cocaína, representa o maior volume em trânsito pelas rotas trans-Saharianas, que têm os seus pontos estratégicos nas regiões de Gao e Tessalit no Mali e Agadez no Níger, derivando posteriormente para Trípoli e Argel, na Líbia e Argélia respetivamente (Figura 4). Estima-se que cerca de 18 toneladas de droga são contrabandeadas pelo Sahel anualmente, com destino aos países da UE, provenientes do Brasil e Colômbia por meio aéreo, através da Guiné-Bissau, o que representa a menor parte volume total traficado, visto que a maioria da droga é transportada por via marítima via Cabo-Verde e Canárias (Figura 5) (Nellemann et al., 2019; Woody, 2016).

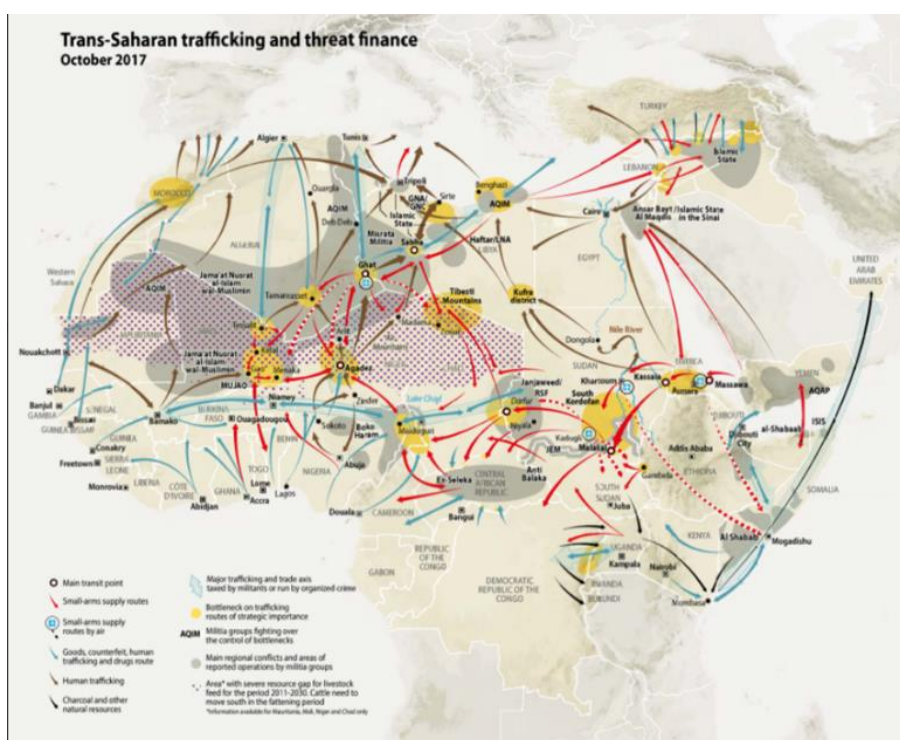


Figura 4 - Principais rotas de tráfico trans-Saharianas

Fonte: Nellemann et al. (2019).



Figura 5 -Principais rotas de tráfico de cocaína

Fonte: Woody (2016).

Segundo o ICG (2018), o tráfico de estupefacientes no norte do Mali, não só constitui um problema por si só, como também está diretamente associado ao aumentado do nível da violência da região, agravado pela quase inexistência da presença do Estado o que tem gerado conflitos particularmente violentos entre os traficantes. As revoltas Tuaregues dos últimos vinte anos, contribuíram significativamente para a militarização progressiva das redes de tráfico, cujas rivalidades alimentam tensões políticas e intercomunitárias. O contrabando de estupefacientes não é apenas um meio pelo qual os grupos armados se financiam, mas uma fonte de conflito em si.

4.1.4 (In)Segurança energética

Segundo Lombardi & Gruenig (2016, pp. 5–6) as ameaças à segurança energética são agrupadas em três domínios; temporalidade, proveniência e a sociedade. O primeiro domínio está diretamente ligado à interrupção do fluxo de abastecimento resultante de ameaças tais como as alterações climáticas, acidentes, ataques terroristas, ou greves. O segundo domínio é o que distingue a proveniência da ameaça, de forma a agir interna ou externamente, consoante a situação. O último prende-se com o papel da sociedade em se adaptar a uma energia mais limpa e menos carbónica.

A segurança energética tem vindo, nos últimos anos, a ganhar importância na agenda política, existindo várias razões para tal. O Sahel sendo uma fonte de recursos energéticos para a UE, em geral, constitui atualmente um duplo problema, não só está em causa a proveniência de recursos a médio e longo prazo como o terrorismo tem uma influência direta no fluxo de abastecimento.

No que respeita ao consumo de gás, tem-se assistido a uma diminuição do consumo no seio da UE, porém, a sua produção tem registado uma quebra ainda maior, com a Rússia a ser o principal fornecedor seguido da Argélia, com 30% e 14% respetivamente. Os principais consumidores europeus¹, de gás natural, suprimem as suas necessidades com recurso a gás natural liquefeito exportado por via marítima, dado a insegurança vivida na região do Sahel. O projeto de gasoduto transariano, com uma capacidade de 30 mil milhões de metros cúbicos ao ano, entre a Nigéria e a Argélia, passando pelo Níger, reduziria o custo de importação, no entanto a instabilidade regional inviabiliza a construção do mesmo (OCDE, 2014).

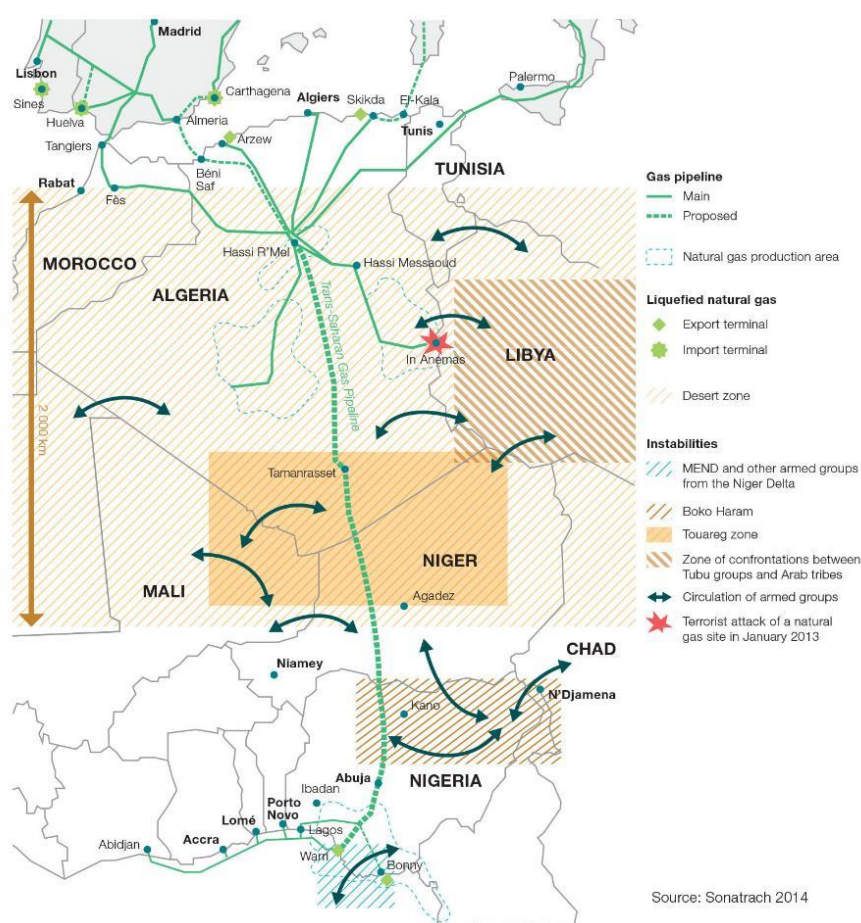


Figura 6 - Gasoduto transariano

Fonte: OCDE (2014).

Ainda no que respeita à segurança energética, o Níger, constitui-se como um dos maiores produtores de minério de urânio do mundo, representando cerca de 5% da exploração mundial. A grande maioria do urânio extraído no Níger tem como destino final a França, para posterior transformação. Deste, apenas 40% se destina ao consumo interno, o

¹ Alemanha, França, Reino Unido e a Espanha.



que representava, em 2014, 20% nas necessidades totais daquele país, para a produção de energia elétrica (Tertrais, 2014; World Nuclear Association, 2021).

Ainda segundo Tertrais (2014), a continuação da exploração de urânio pela empresa francesa Areva (principal fornecedora de urânio à companhia elétrica francesa), no Níger e no Gabão depende da evolução das condições de segurança e das taxas cobradas pelos governos pela exploração, o que por si só não representa problema de fornecimento visto que a empresa já tem identificadas fontes alternativas.

4.2 A organização do G5 Sahel

A organização do G5S constitui-se como um quadro de cooperação entre cinco países: Chade, Níger, Burkina Faso, Mali e Mauritânia. O seu principal objetivo é procurar estabelecer mecanismos de cooperação regional, para a criação de políticas direcionadas ao desenvolvimento e às questões de segurança, bem como, para o desenvolvimento da região da África Ocidental, a fim de tornar o Sahel um “espaço de paz, prosperidade e concórdia”, sendo também a organização africana que aplica o conceito de “abordagem abrangente” para a resolução de problemas de segurança, combinando-a com o desenvolvimento (G5 Sahel, 2014; Tebas, 2017).

O G5S surgiu oficialmente em 16 de fevereiro de 2014 em Nouakchott, capital da Mauritânia, onde a organização tem a sua sede. A 19 de dezembro desse ano, adotou a sua convenção, onde estão definidos os quatro grandes objetivos organizacionais (G5 Sahel, 2014; J. T. Santos et al., 2018):

- (i) Garantir as condições de desenvolvimento e de segurança no espaço dos países membros;
- (ii) Estabelecer um quadro de coordenação estratégica que permita a melhoria das condições de vida das populações;
- (iii) Aliar o desenvolvimento e a segurança, apoiados pela democracia e a boa governação num quadro de cooperação regional e internacional;
- (iv) Promover o desenvolvimento regional inclusivo a longo prazo.

Atualmente, a principal prioridade do G5S é a criação de políticas conjuntas e ações para o combate aos grupos armados e grupos terroristas que atuam dentro das suas fronteiras, bem como a contenção dos efeitos desses grupos na sociedade, como o deslocamento interno e transnacional de pessoas, terrorismo, criminalidade e o tráfico. O desenvolvimento de políticas conjuntas tem sido o principal foco na criação de sinergias com atores regionais, dos quais se destacam, a União Africana (UA), a Comunidade Económica dos Estados da

África Ocidental (CEDEAO), não obstante os parceiros multilaterais ao nível internacional como a ONU, UE e a operação francesa *Barkane* (Sidikou, 2020).

Segundo as declarações do secretário permanente do G5S, Maman Sidikou (2018 cit. por J. T. Santos et al., 2018) um outro tema fundamental para o G5S, são as ações conduzidas pelos Estados que procuram restaurar o controlo territorial com especial foco nas áreas controladas pelos grupos armados. Também o controlo de espaços transfronteiriços, tem merecido uma especial atenção, devido à porosidade e à baixa fiscalização das fronteiras entre os países, onde os grupos armados e criminosos atuam livremente.

Considerando que a organização aplica o conceito de *comprehensive approach* como resposta aos principais problemas vividos na região, tais como a imigração e o terrorismo, temas esses classificados como transfronteiriços/internacionais, que afetam diretamente os países europeus, a UE constituiu-se como um dos principais parceiros da organização (J. T. Santos et al., 2018).

Neste sentido, a CI, em geral, apoiou a criação de uma FC dentro da organização, para lidar com a crescente ameaça terrorista. Segundo Tebas (2017) a decisão inicial de criar esta FC remonta à 2ª Cimeira dos chefes do Estado do G5S, realizada em novembro de 2015 no Chade, cuja declaração final previa:

- (i) Criação de uma escola regional de guerra G5S na Mauritânia;
- (ii) Criação de uma Força Conjunta;
- (iii) Criação de uma companhia aérea regional;
- (iv) Construção de uma linha ferroviária ligando a Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade.

Todavia, a criação da FC só viria a ser efetiva dois anos mais tarde, em 2017, devido ao aumento da instabilidade na região das três fronteiras, precipitando os governos do Mali, Burquina-Faso e Níger a iniciarem negociações a fim de constituírem uma força militar, para restabelecer o controlo fronteiriço, força essa que não se efetivou, abrindo, no entanto o dialogo entre os países do G5S para a constituição da FC (Tebas, 2017).

De acordo com *Secretariat permanent du G5-Sahel* (2017) a criação da FC foi explicitamente adotada durante a cimeira de chefes de Estado, realizada em Bamako-Mali, em fevereiro de 2017, cujo comunicado final expressa o seu estabelecimento imediato tendo em consideração os seguintes fatores:

- (i) Mandato claro da UA e da ONU;
- (ii) Assegurar o financiamento à FC-G5S;



- (iii) Regras de empenhamento claras para o combate ao terrorismo, tráfico de drogas e imigração ilegal.

Em março desse mesmo ano, a Comissão de Defesa e Segurança (CDS) do G5S reuniu em Bamako, a fim de definir o conceito estratégico da FC-G5S. O documento final (classificado como confidencial), ratificado pelos membros constituintes, estabeleceu o contexto e situação de segurança, tamanho e mandato da força e diretrizes políticas, com o objetivo de se desenvolverem planos estratégicos e de se definirem operações. No documento são ainda estabelecidas as Regras de Empenhamento (ROE) da força. A edificação da força teve como princípio o conceito de *Pooling and Sharing*, não só compartilhavam recursos entre as FFAA do G5, como também a coordenação de esforços com outras organizações na região, nomeadamente a MINUSMA e Barkane (Tebas, 2017).

A edificação da FC-G5S, após aprovação do conceito estratégico, contou com o apoio de várias organizações internacionais, começando pela UA, que, em abril 2017, aprovou e validou o Conceito de Operações, num processo que se caracterizou pela forma rápida como se desenvolveu, tendo de imediato solicitado uma validação ao Conselho de Segurança (CS) da ONU, para que fosse aprovada uma resolução no sentido de apoiar o envio da FC, ao mesmo tempo que solicitava o apoio financeiro, logístico e técnico, entre outros, por intermédio da MINUSMA (African Union, 2017; France 24, 2017; Tebas, 2017).

No que concerne ao financiamento da organização do G5S e em particular da FC, estava identificado como necessário para a edificação da capacidade militar, um financiamento total no valor de 414 milhões de euros. A UE contribuiu com um total de 100 milhões de euros (destes oito milhões por parte da França), a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos comprometeram-se, respetivamente, com 100 e 30 milhões de euros tendo o restante sido financiado pelos próprios países e por outros doadores internacionais (France 24, 2019; Radio France International, 2018).

Por fim, a FC-G5S tem como finalidade combater o terrorismo, o crime organizado e o tráfico de pessoas. Para tal conta com um efetivo máximo de 5000 militares e polícias, organizados em sete unidades escalão batalhão e a sua área de operações compreende as fronteiras dos países que integram a organização numa extensão de 50 km para cada lado das fronteiras como mostra a Figura 7 (Ministry for Europe and Foreign Affairs, 2020; UNSC, 2017).

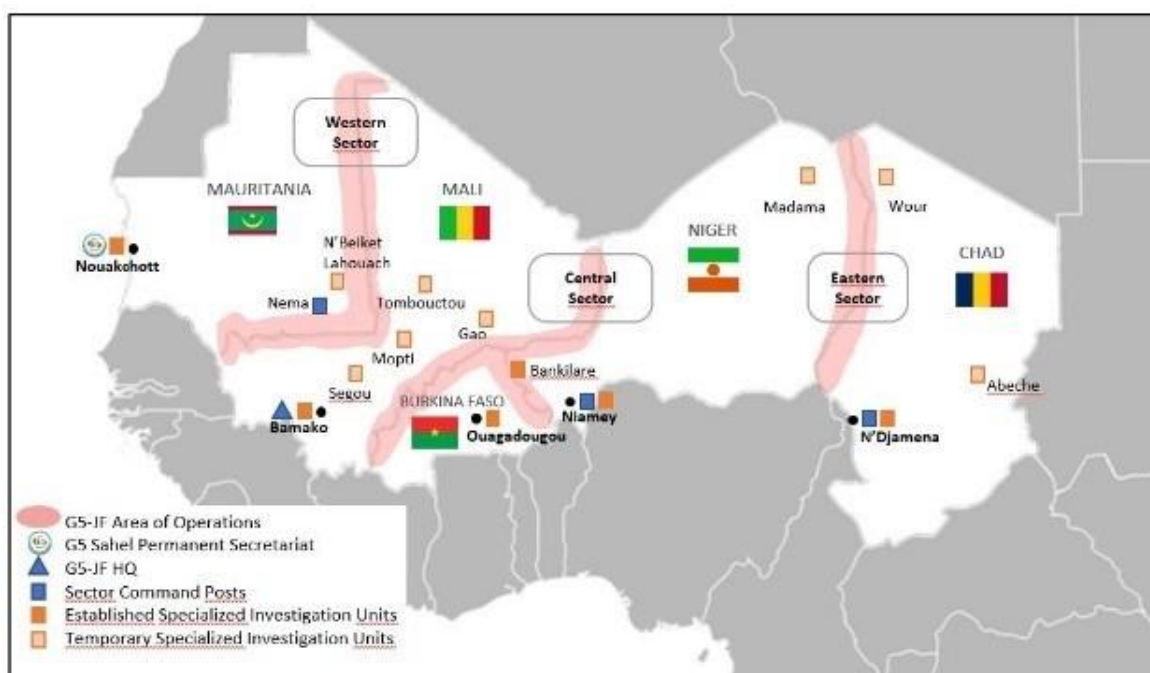


Figura 7 - Área de operações da FC G5 Sahel

Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime (2020).

4.3 Participação portuguesa nos países do G5 Sahel

O esforço nacional na estabilização da região, tem levado o Estado português a integrar missões da UE, da ONU, a Task Force (TF) Takuba e a incitativa do *Groups d'Action Rapides Surveillance et Intervention* (GARS), apoiando ainda a organização do G5, como complemento a uma estratégia de longo prazo, que promova as condições de base do desenvolvimento socioeconómico e a afirmação do Estado como única autoridade no seu território (República Portuguesa, 2021).

Cabe assim identificar o modo como essa participação é feita, bem como, os objetivos que levam Portugal a integrar esses MCI.

4.3.1 União Europeia

Os programas conduzidos pela UE estão enquadrados pela Estratégia para a Segurança e Desenvolvimento do Sahel (ESDS), estando a segurança e o desenvolvimento da região diretamente ligados à proteção dos cidadãos europeus e da UE, assim como, dos interesses económicos europeus na região. É neste contexto que a UE definiu objetivos a curto prazo (três anos) e a médio/longo prazo (cinco a dez anos). Os primeiros ligados à melhoria das condições de vida da população, redução da violência armada e restauração da confiança entre autoridades locais e autoridades nacionais. Quanto aos segundos, caracterizam-se pela melhoria da estabilidade política e coesão social ao mesmo tempo que se mitigam tensões internas exponenciadas pelo extremismo e por grupos criminosos (EEAS, 2015).

No plano securitário, contribuindo para estes objetivos, a UE implementou a partir de 2013 três missões no âmbito do PCSD, duas sediadas no Mali e outra no Níger. Destas, apenas a *European Union Training Mission* (EUTM) Mali tem uma dimensão puramente militar, enquanto a *European Union Capability Building* (EUCAP) Sahel e Níger, são missões de âmbito civil, abrangendo as Forças de Segurança (FS) (Figura 8) (EEAS, 2021).

No que respeita à EUTM-Mali (missão lançada em 2013) tem como objetivo reforçar as capacidades das FAMa e da FC-G5S, a fim de estes se tornarem autossuficientes na condução da defesa territorial e da população e ainda restabelecer a sua integridade territorial (EUTM Mali, 2021; Loannides, 2020; Portaria n.º 359/2018 de 20 de novembro, 2018).



Figura 8 - Missões da PCSD em 2020

Fonte: EEAS (2021).

A duas missões civis que atuam sobre a égide do SEAE, sediadas no Níger e no Mali, foram lançadas em 2012 e 2015, respetivamente, e têm como objetivos nucleares reforçar a formação do setor de segurança no combate ao terrorismo e ao crime organizado e capacitar as FS de melhores ferramentas de coordenação e gestão operacional. Complementarmente a EUCAP-Níger apoia as Forças Armadas (FFAA) do Níger na sua interação com o domínio da segurança interna e o sistema criminal a fim de garantir o acesso à justiça e a proteção dos direitos humanos (EEAS, 2020; Pereira, 2019)

Portugal, como membro da UE, tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos pela união, neste sentido, a participação portuguesa na EUTM-Mali iniciou-se em 2013, com um efetivo de sete militares das FFAA, tendo, desde 2014, com o segundo mandato, passado a 12 militares que integram equipas de treino, assessoria e alguns cargos no Estado Maior (EM). Em 2020, Portugal assumiu o comando da missão por um período



de seis meses tendo nomeado para o efeito um oficial general, com o respetivo EM pessoal, perfazendo um total de sete militares (Decreto do Presidente da República 83/2019, 2019; Portaria n.º 116/2013, 2013; Portaria n.º 596/2014, 2014).

No que respeita à participação na EUCAP-Níger, esta tem sido mais modesta, tendo a Polícia de Segurança Pública (PSP) nomeado um oficial entre 2017 e 2019, o qual exerceu função de chefe da região da Agadez (Pereira, 2019).

Desde 2018, Portugal tem contribuído com três oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) para desempenhar funções na EUCAP-Sahel, que ocuparam cargos de assessores em diversas áreas e ainda com um oficial de polícia desde 2017, como formador (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2020; Pereira, 2019).

Ainda no âmbito da EU, através do fundo fiduciário de emergência para estabilização, direcionado para as origens da migração irregular e deslocados em África, aponta-se a participação da GNR no projeto GARSI-Sahel, projeto implementado por um consórcio europeu, em 2016, que visa contribuir para a estabilização da região do G5S e do Senegal, através da formação de unidades de polícia de natureza militar, em cada um dos países onde o projeto se desenvolve (Silvério, 2020; GNR, 2020).

Neste âmbito a GNR, assumiu, em 2017, os cargos de Coordenador Adjunto no Níger e Burkina Faso, tendo contribuído ainda com 16 formadores, situação que se manteve até 2020, ano em que passou a assumir os cargos de coordenador de projeto no Mali e adjunto de coordenador no Burkina Faso, deixando os anteriores (Silvério, 2020; GNR, 2020).

4.3.2 Organização das Nações Unidas

Em 2013, a ONU implementou a Estratégia Integrada das Nações Unidas para o Sahel (UNISS²), com o objetivo de enfrentar a crise na região através de uma abordagem multidimensional. Esta estratégia visa abordar as causas da crise em dez países Sahelianos, onde se incluiu aqueles que integram o grupo do G5S. Esta estratégia é operacionalizada através do Plano de Apoio das Nações Unidas para o Sahel (UNSP³), que não é mais do que uma articulação de capacidades organizadas em três pilares (governança, segurança e resiliência) que visam agrupar temáticas como a segurança alimentar, preservação ambiental, proteção de mulheres e crianças, desenvolvimento económico, radicalização e o extremismo violento, consolidação da paz e a prevenção de conflitos, controlo de fronteiras e a reestruturação do sistema judicial (United Nations [UN], 2020).

² *United Nations Integrated Strategy for the Sahel*

³ *United Nations Support Plan for the Sahel*

Nesse mesmo ano e de acordo com *United Nations Security Council* (UNSC) (2013), foi aprovada a resolução 2100, a qual estabelecia uma missão, designada de MINUSMA cujos objetivos principais estavam parcialmente alinhados com a UNISS.

Concomitantemente, a mesma resolução “exortava” aos Estados do Sahel e do Magreb a desenvolver estratégias “abrangentes e integradas” a fim de combater a ameaça terrorista prevenindo desta forma a expansão desses grupos bem como “limitar a proliferação de todas as armas e do crime organizado transnacional” (UNSC, 2013).

Os sucessivos mandatos da MINUSMA têm vindo a ser prorrogados, não havendo, contudo, alterações significativas aqueles que são os seus principais objetivos. Verificou-se que 2017 a ONU materializou o apoio direto à FC-G5S, cumprindo assim uma das intensões originais da cooperação regional para fazer face ao terrorismo e controlo de fronteiras (UNSC, 2017).

No que respeita à participação nacional na MINUSMA, verifica-se que o empenhamento se iniciou em 2014 como forma de “cumprir com os compromissos internacionais assumidos, no âmbito militar”, com o objetivo de viabilizar a consolidação do processo político e de autoridade do Estado, criando condições para o restabelecimento de um ambiente de segurança (Portaria n.º 679/201, 2014).

A participação na MINUSMA iniciou-se com a nomeação de dois militares integrando o EM da Força, a qual se mantém atualmente. Em setembro do mesmo ano, a contribuição foi reforçada através da participação com uma aeronave de transporte C-130, incluindo tripulação e pessoal de apoio perfazendo um total de 47 militares (Portaria n.º 679/201, 2014). Esta contribuição efetua-se em rotatividade com outros países, tendo Portugal terminado em dezembro de 2020 a sua quarta presença, a qual se destacou pelo aumento do efetivo para 63 militares (Força Aérea Portuguesa [FAP], 2020).

Também as FS, em 2017, através da EUROGENDFOR (EGF), integraram a componente policial da MINUSMA com um oficial da GNR que liderava uma equipa da *Serious Organized Crime Support Unit* (SOC-SU) participação que se manteve até junho de 2020 (EUROGENDFOR, 2021; GNR, 2018, 2020). Também a PSP contribuiu com dois oficiais de polícia, para a componente policial da MINUSMA entre 2017 e 2019 (Pereira, 2019).

O cooperativismo para com a ONU, na missão no Sahel, parece ser quase que uma obrigatoriedade institucional, todavia e segundo N. Cabral (entrevista presencial, 28 de abril de 2021), o reforço da participação, no Sahel, faz parte de uma estratégia, não formalizada, para a região, reafirmando o reconhecimento de Portugal como produtor de segurança bem



como a obtenção de poder negocial dentro da organização, ao que L. B. Bernardino (entrevista teams, 26 de abril de 2021) chamou de “efeito António Guterres”.

4.3.3 Acordos multilaterais

Apontar a coligação para o Sahel como a mais recente cooperação bilateral entre os Estados, para responder às necessidades da região saheliana à qual Portugal se aliou, é de todo necessário. Esta iniciativa foi “lançada na sequência da Cimeira de Pau, realizada a 13 de janeiro de 2020, por iniciativa conjunta do Presidente da República Francesa e dos Presidentes dos Estados que integram o G5S, com o objetivo de apoiar esses países.” (GSENEC, 2020)

Com esta coligação, apoiada pela UE, ONU, alguns países europeus e também instituições africanas pretende-se incrementar a mobilização dos vários intervenientes no apoio à segurança, à estabilidade e ao desenvolvimento da região do Sahel (GSENEC, 2020; La coalition pour le Sahel, 2020):

Por forma a materializar alguns dos objetivos da coligação, foi lançada, em março de 2020, a TF *Takuba*, tendo, para além de Portugal, aderido outros dez Estados europeus⁴, associando-se o Mali e o Níger, na criação de uma FC a ser integrada na estrutura da operação *Barkhane* com o objetivo de combater grupos terroristas na região de Gourma-Liptako (região fronteiriça entre o Mali e o Níger) bem como complementar as ações da EUTM e da FC-G5S. A participação nacional teve início no primeiro trimestre de 2021 com um efetivo de dois militares no quartel-general conjunto da TF, estando previsto o reforço ainda em 2021 com mais 12 elementos (Divisão de Planeamento Estratégico Militar [DIPLAEM], 2020; La coalition pour le Sahel, 2020).

Concomitantemente, a TF, em coordenação com as missões no âmbito da PCSD da UE, com a MINUSMA da ONU e com o G5S prestará também aconselhamento, assistência e apoio às FAMa (La coalition pour le Sahel, 2020).

No seguimento da estratégia informal para a região do Sahel onde o reforço da presença nacional é uma prioridade com o objetivo de reafirmar o reconhecimento de Portugal como produtor de segurança bem como a obtenção de poder negocial dentro das organizações, a participação nesta iniciativa parece ser natural.

No entanto, segundo N. Cabral (*op. cit.*) existem razões muito profundas, que levam Portugal a estabelecer parcerias com a França. Uma primeira prende-se com um núcleo de interesses coincidentes entre os dois países, que passam por interesses económicos. Uma

⁴ Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estónia, França, Holanda, Noruega, Reino Unido, República Tcheca e Suécia.

outra prende-se com as relações bilaterais estabelecidas com os países africanos, que à exceção dos países lusófonos, são com países francófonos, por último, assumir uma posição privilegiada como interlocutor na área da segurança é um interesse nacional muito claro, não só dentro da Europa e na NATO, mas também bilateralmente com os países africanos.

Complementarmente aos interesses identificados, existem um conjunto de outros interesses, que com a participação na TF Takuba, se revelam de especial importância. A obtenção de poder negocial e a afirmação de Portugal como produtor e interlocutor privilegiado para os assuntos securitários em África conferiram, segundo N. Cabral (*op. cit.*) e N. L. Pires (entrevista presencial, 29 de abril de 2021), a capacidade de colocar a problemática de Moçambique na agenda europeia e desta forma discutir uma eventual missão de treino e assessoria naquele país, o que de outra maneira não teria acontecido pois os países europeus não têm interesses diretos em Moçambique, ao contrário de Portugal.

No que concerne à organização do G5S é referido por L. M. Bernardino (*op. cit.*) e J. B. Ribeiro (entrevista teams, 30 de abril de 2021) que Portugal tem vindo a apoiar esta organização através da participação nos vários MCI, com especial enfoque para a componente militar e também financeiramente como membro integrante da União Europeia.

Concomitantemente, o apoio aos membros da organização também se tem feito no plano bilateral, com Portugal a estabelecer relações com a Mauritânia no âmbito securitário e com a intenção de financiar o colégio de defesa do G5S sediado neste país (N. Cabral, *op. cit.*; N. L. Pires, *op. cit.*).

É unanimemente aceite pelos entrevistados que os objetivos que levam o Estado português a envolver-se com a organização do G5S podem ser agrupados em três grandes áreas:

- (i) Capacitar os países africanos a resolver os seus problemas, nomeadamente na região do Sahel;
- (ii) Desenvolvimento de futuras relações bilaterais;
- (iii) Afirmação de Portugal como um aliado credível.

A título de exemplo, N. Cabral (*op. cit.*) afirma que se deve “olhar para o envolvimento de Portugal com o G5S e com os países do G5S como um vínculo para o aprofundamento de relações bilaterais” ao par que J. B. Ribeiro (*op. cit.*) defende que se deva apoiar estas organizações “para que possam ser os africanos a resolver os problemas africanos parece ser uma posição politicamente muito aceitável”.



5. Discussão de resultados

A dimensão do terrorismo e dos confrontos intercomunitários tem vindo nos últimos anos a ganhar terreno em toda a região do Sahel, o que tem gerado uma pressão cada vez maior no domínio humano, com o aumento do fluxo de migrantes dentro do continente africano e na europa. Também o tráfico transnacional, com base nas rotas sahelianas, constitui-se uma das principais fontes de rendimento das organizações terroristas, cujos bens aí traficados têm como principal destino a europa, o que se constituiu como um duplo problema, não só pelos bens em si, mas como pela infiltração de células terroristas.

No que respeita à segurança energética, a existência de atividades terroristas têm condicionado a exploração de recursos naturais, bem como inviabilizou a implementação de projetos transnacionais, o que tem um impacto direto, não só na economia onde essas explorações ocorrem, mas também pelo não investimento em novas infraestruturas transarianas. Ao nível europeu, o constrangimento da exploração e transporte de recursos naturais, pelo Sahel, obrigou a que fossem estabelecidas novas rotas comerciais e acordos mais dispendiosos a fim de garantir uma estabilidade energética.

Dos dados atrás expostos considera-se que a expansão da violência armada pela região do Sahel, em particular para sul e para o ocidente, como sendo a principal causa de instabilidade na região saheliana, uma vez que tem uma influência direta em todos os outros domínios securitários, como a emigração, tráfico transnacional e até na disponibilidade de recursos energéticos, o que consequentemente tem um impacto direto na sociedade europeia influenciando o desenvolvimento de políticas securitárias e económicas. Dada a posição geográfica de Portugal, a região saheliana tem uma influência direta reduzida nas dimensões securitárias nacionais, porém enquanto membro da UE essa influência faz-se sentir de forma indireta pela adoção de políticas securitárias, que se materializam com a participação de Portugal.

Fruto da evolução da violência armada na região do Sahel e com a ameaça da expansão transfronteiriça, em 2014, após alguma pressão da CI foi oficialmente criada a organização do G5S, tendo como principal preocupação a criação de sinergias conjuntas e ações para reduzir a violência armada dentro das suas fronteiras, atualmente com especial enfoque para a região fronteiriça entre o Mali, Burkina-Faso e Níger, bem como a contenção dos efeitos dessa violência armada, como o deslocamento interno e transnacional de pessoas, a criminalidade e o tráfico.

Apesar de estabelecido o quadro para a coordenação entre os cinco países, o desenvolvimento de políticas conjuntas tem contado com o apoio da CI através de



organizações regionais, como a UA e CEDEAO, e ainda pela ONU e UE. A materialização dessas políticas têm sido apoiadas financeira e tecnicamente pela CI, de onde se destaca a UE e também, através dos seus membros com o estabelecimento de acordos bilaterais, onde se inclui Portugal. No âmbito da S&D destaca-se a criação da FC-G5S, que materializa o desenvolvimento de políticas securitárias, mas que devido às limitações que os países constituintes enfrentam, tem vindo a ser apoiada desde a sua génese, através do financiamento de projetos de edificação de capacidades, de assessoria, mentoria e treino dos seus quadros de pessoal. É neste quadro que Portugal tem vindo a desenvolver relações bilaterais com a Mauritânia, desenvolvendo protocolos que visam o desenvolvimento e edificação de capacidades, tais como a formação de um batalhão e o apoio financeiro (ainda não materializado) ao Colégio de Defesa do G5S sediado na Mauritânia.

Pode-se inferir que a organização do G5S se constituiu como um mecanismo multilateral de coordenação internacional, com um grande enfoque nas várias dimensões securitárias, onde o apoio internacional é fundamental à persecução da estabilidade regional e consequentemente da fronteira sul da UE. Este apoio tem como objetivo capacitar os Estados do Sahel, estando subjacente o princípio de *África owner ship*, ou seja, os países africanos possuírem a capacidade para resolver os seus próprios problemas.

Adicionalmente ao que é referido na bibliografia consultada, no que respeita aos objetivos que levam o Estado português a empenhar-se na região do Sahel através dos MCI europeus, é consensual entre todas as entidades entrevistadas que estes empenhamentos não se prendem com interesses diretos na região mas sim por constituírem uma oportunidade para Portugal, por um lado se mostrar estar envolvido no desenvolvimento da estabilidade e segurança regional mas também por se tratar de uma afirmação da credibilidade nacional como parceiro cooperativo para o setor da segurança, da qual se retira visibilidade e prestígio, que por seu turno permitirá abordar parceiros a pedir atenção para as áreas onde Portugal têm efetivamente interesses.

Como apresentado anteriormente a região subsaariana não representa uma ameaça direta para Portugal, no entanto, tem-se assistido, desde o ano de 2017/2018, a um aumento da participação nacional naquela região, com especial enfoque para o Mali. O aumento desta participação é visível em três dimensões distintas:

- (i) Aumento dos efetivos projetados nas organizações;
- (ii) Assumir comandos nessas organizações;
- (iii) Participação em novos mecanismos de cooperação.



Em suma, Portugal está empenhado no Sahel através dos MCI e com as organizações constantes na Tabela 1 - Participação portuguesa no SahelTabela 1.

Tabela 1 - Participação portuguesa no Sahel

País	Mecanismo de cooperação	Organização
Burquina-Faso; Chade; Mauritânia; Mali, Níger	EUTM – Mali	FFAA
Mali	EUCAP – Sahel	GNR; PSP
Níger	EUCAP – Níger	GNR
Burquina-Faso; Chade; Mauritânia; Mali, Níger; Senegal	GARSI – Sahel	GNR
Mali	MINUSMA	FFAA, PSP, GNR (EGF)
Mali	TF Takuba	FFAA
Mauritânia	Acordo bilateral	FFAA

Assim a participação cada vez mais empenhada no Sahel, sem que haja uma estratégia explícita para a região, tem como objetivos últimos o reforço da imagem de credibilidade, que Portugal tem vindo a adquirir e que pretende reforçar, como produtor de segurança não só ao nível regional mas também internacionalmente, afirmando-se como um interlocutor privilegiado para os assuntos de segurança em África, contribuindo ao mesmo tempo para a segurança alargada da UE no que respeita à sua fronteira sul. Concomitantemente, a obtenção de poder negocial, tanto ao nível das organizações que integra como bilateralmente, constitui-se como um objetivo nacional, conseguindo assim atrair a atenção e recursos dos seus parceiros, para áreas nas quais existem interesses e ambições nacionais, o que outra forma não seria possível.

6. Conclusões

O estudo da região do Sahel, fruto da degradação das condições de segurança, tem um impacto, primariamente, ao nível dos diferentes Estados e da própria região e, consequentemente, na segurança da fronteira sul da Europa e no desenvolvimento das políticas da UE.

A intervenção portuguesa na região do Sahel tem vindo a ser feita em linha com a abordagem global da EU, participando no esforço de estabilização do Sahel, através de vários mecanismos, não exclusivamente da união. Portugal tem, ainda, vindo a mostrar o seu apoio às iniciativas regionais, como sendo essas o principal promotor da apropriação regional da crise de segurança.

É no contexto da participação portuguesa no Sahel, em particular na região dos países que integram a organização do G5S, que o presente trabalho se desenvolveu com a finalidade de analisar os objetivos de S&D da intervenção portuguesa no Sahel, através dos MCI.

Para atingir este desidrato, optou-se por seguir uma estratégia de investigação qualitativa, segundo um processo de raciocínio dedutivo, fundamentado na recolha de dados, obtidos essencialmente através de análise documental e entrevistas realizadas a entidades militares e civis considerados especialistas na área em estudo.

Foi aplicado um desenho de pesquisa transversal para compreender a atuação portuguesa no Sahel. O percurso metodológico foi desenvolvido em duas fases de acordo com a metodologia preconizada para elaboração de trabalhos de investigação.

Derivando da QC concluiu-se que no âmbito securitário a expansão da violência armada pela região do Sahel, em particular para sul e para o ocidente, como sendo a principal causa de instabilidade na região saheliana, uma vez que tem uma influência direta em todos os outros domínios securitários, como a emigração, o tráfico transnacional e até na disponibilidade de recursos energéticos, o que consequentemente tem um impacto direto na sociedade europeia influenciando o desenvolvimento de políticas securitárias e económicas. Dada a posição geográfica de Portugal, a região saheliana tem uma influência direta reduzida nas dimensões securitárias nacionais, porém enquanto membro da UE essa influência faz-se sentir de forma indireta pela adoção de políticas securitárias, que se materializam com a participação de Portugal em várias parcerias.

Uma das organizações regionais apoiadas por Portugal, é a organização do G5S que se caracteriza como sendo um mecanismo multilateral de coordenação internacional, com um grande enfoque nas várias dimensões securitárias, onde o apoio internacional é fundamental à persecução da estabilidade regional e consequentemente da fronteira sul da



UE. Este apoio tem como objetivo capacitar os Estados do Sahel, estando subjacente o princípio de África *owner ship*, ou seja, os países africanos possuírem a capacidade para resolver os seus próprios problemas.

Para além de apoiar o G5S, o apoio nacional para a estabilização regional, é assegurado através de outros MCI, maioritariamente de iniciativa europeia, não só com a presença das FFAA, mas também através das FS. Portugal tem vindo a reforçar a sua participação na região do Sahel e em particular no Mali, desde o ano de 2017/2018. O reforço desta participação, tem sido feito no seio da UE, ONU e com parceiros regionais, aumentando o efetivo de militares projetados na região, assumindo, em alguns casos posições de destaque dentro das organizações, para além, de integrar novos mecanismos de cooperação.

No que respeita aos objetivos de S&D que levam o Estado português a empenhar-se na região do Sahel, através dos MCI, é consensual que os mesmos não se prendem com os interesses ou ameaças diretas na região, uma vez que são reduzidos, o que leva a questionar quais os motivos que levam Portugal a empenhar recursos na região. Mesmo sem uma estratégia para o Sahel, o empenhamento cada vez maior nesta região, reforça a imagem de credibilidade que Portugal tem vindo a adquirir ao longo dos anos, como parceiro produtor de segurança e desta forma poder afirmar-se como interlocutor privilegiado para os assuntos de S&D, em África e ao nível dos parceiros ocidentais. Esta credibilidade adquirida, permite a obtenção de poder negocial nas organizações que integra bem como ao nível bilateral, constituindo-se como um objetivo nacional, uma vez que permite atrair a atenção e recursos de parceiros, para áreas nas quais existem interesses e ambições nacionais, o que outra forma não seria possível.

A participação portuguesa na região dos países que integram o G5S, faz-se através de vários MCI, seja por haver uma quase obrigatoriedade cooperativista ou com o intuito de atingir objetivos nacionais ulteriores, que não necessariamente de S&D, ou ainda, por questões securitárias indiretas. Esta participação é feita através das FFAA e FS, pelo que se considera que o presente trabalho compila num só documento aquilo que tem sido o envolvimento nacional, desde 2013 até à presente data. Ficou ainda patente que, do ponto de vista securitário, que a região do Sahel não representa uma ameaça direta para Portugal, para além, de se ter identificado o contributo da participação nacional, para os objetivos de S&D. Este trabalho constitui-se assim como uma base para a elaboração de investigações futuras.

Identifica-se o facto de o trabalho ter sido desenvolvido maioritariamente a partir de casa, como resultado da situação pandémica, associado à dispersão e inexistência de referências bibliográficas, como sendo a principal limitação à presente investigação.



Considera-se pertinente que em estudos futuros se explore o modo como Portugal retira dividendos pela participação em MCI de âmbito securitário, enquadrados ou não no quadro das organizações que integra e nas regiões nas quais não detêm interesses ou que não representam uma ameaça aquilo que são os interesses e ambições nacionais nessa região.



Referências bibliográficas

- Africa Center for Strategic Studies. (2020). Islamic State in the Greater Sahara Expanding Its Threat and Reach in the Sahel [Página online]. Retirado de <https://africacenter.org/spotlight/islamic-state-in-the-greater-sahara-expanding-its-threat-and-reach-in-the-sahel/>
- African Union. (2017). The Chairperson of the African Union Commission addresses the United Nations Security Council on the G5 Sahel Joint Force [Página online]. Retirado de <https://au.int/en/pressreleases/20171030/note-editors-chairperson-african-union-commission-addresses-united-nations>
- Britannica. (2021). Sahel. [Página online]. Retirado de <https://www.britannica.com/place/Sahel>
- Buzan, B., Waeber, O., & Wilde, J. (1998). *Security - A new framework for analysis*. Colorado: Lynne Rienner.
- Comissão Europeia. (2013). *Abordagem global da UE em relação às crises e aos conflitos externos*. Comissão Europeia.
- Decreto do Presidente da República 83/2019, de 3 de agosto (2019). *Nomeação do Comandante da EUTM*. Diário da República 1ª Série, 223, 3. Lisboa: Presidência da República.
- Direção Geral da Política de Justiça. (2021). Cooperação internacional [Página online]. Retirado de <https://dgpj.justica.gov.pt/Relacoes-Internacionais/Cooperacao-internacional>
- Direção Geral de Política de Defesa Nacional. (2021). Cooperação no Domínio da Defesa [Página online]. Retirado de <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/cdd>
- Divisão de Planeamento Estratégico Militar. (2020). *Task Force TAKUBA*. Contributos para a Reunião Ministerial de Defesa de 27Mar20, Lisboa.
- EUROGENDFOR. (2021). MINUSMA SOC & CT (2018 –) [Página online]. Retirado de <https://eurogendfor.org/mali-minusma-soc-ct/>
- European Union External Action Service. (2015). *Strategy for Security and Development in the Sahel*. Bruxelas: Autor
- European Union External Action Service. (2020). Eucap Sahel Niger [Página online]. Retirado de <https://eucap-sahel.eu/en/>
- EUTM Mali. (2021). Mandates [Página online]. Retirado de <https://eutmmali.eu/>
- Fernandes, S., & Simão, L. (2020). *O multilateralismo: conceitos e práticas no século XXI*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.



- Força Aérea Portuguesa. (2020). Força Aérea integra MINUSMA [Página *online*]. Retirado de <https://www.emfa.pt/noticia-3017-forca-aerea-integra-minusma>
- France 24. (2017). Terrorisme au Sahel : Paris propose à l'ONU de déployer une force militaire africaine [Página *online*]. Retirado de <https://www.france24.com/fr/20170607-onu-sahel-france-demande-deploiement-force-africaine-lutte-terrorisme-minusma-g5-mali>
- France 24. (2019). Anti-terrorisme : les pays du G5 Sahel cherchent financement désespérément [Página *online*]. Retirado de <https://www.france24.com/fr/20191113-anti-terrorisme-pays-g5-sahel-cherchent-financement-desesperement>
- G5 Sahel. (2014). *Convention portant creation du G5 Sahel*. Nouakchott: Autor.
- Gabinete da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. (2020). *Informação de Agenda*. Lisboa: Autor.
- GardaWorld. (2020). Mali Country Report [Página *online*] Retirado de <https://www.garda.com/crisis24/country-reports/mali>
- Grégory, C., & Damme, T. van. (2015). *The roots of Mali's conflict Moving beyond the 2012 crisis*. Haia: Clingendael Institute.
- Guarda Nacional Republicana. (2018). *Relatório de Atividades 2017*. Lisboa: Autor.
- Guarda Nacional Republicana. (2020). *Relatório de atividades 2019*. Lisboa: Autor.
- International Crisis Group. (2018). *Drug Trafficking, Violence and Politics in Northern Mali*. Bruxelas: Autor.
- International Crisis Group. (2020). *Enrayer la communautarisation de la violence au centre du Mali*. Bruxelas: Autor.
- La coalition pour le Sahel. (2020). La coalition pour le Sahel [Página *online*]. Retirado de <https://www.coalition-sahel.org/>
- Loannides, I. (2020). *Evaluating the EU approach to tackling the Sahel conflicts*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- Lombardi, P., & Gruenig, M. (2016). *Low-carbon Energy Security from a European Perspective*. Amsterdão: Elsevier.
- Ministério da Defesa Nacional. (n.d.). Relações Bilaterais [Página *online*]. Retirado de <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/rb>
- Ministry for Europe and Foreign Affairs. (2020). G5 Sahel Joint Force and the Sahel Alliance [Página *online*]. Retirado de <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/security-disarmament-and-non-proliferation/crises-and-conflicts/g5-sahel-joint-force-and-the-sahel-alliance/>



- Molenaar, F., & Kamouni Janssen, F. El. (2017). *Turning the tide - The politics of irregular migration in the Sahel and Libya*. Haia: Clingendael.
- NATO Standardization Office. (2017). *Allied Joint Publication 01 (E)*. NATO.
- Nellemann, C., Henriksen, R., & Pravettoni, R. (2019). *World atlas of illicit flows*. Oslo: Norwegian Center for Global Analyses.
- OCDE. (2014). *The Trans-Saharan gas pipeline*. Paris: Autor.
- Pereira, C. (2019). *A Projeção Operacional da Dimensão Externa da Polícia de Segurança Pública (Dissertação de Mestrado não integrado em Ciências Policiais)*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas [ISCSP], Lisboa.
- Pinto, A. S. (2014). O Sahel no contexto da segurança europeia. *Idn Brief*, (7-12). Retirado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7810/1/idnbrief_maio2014.pdf
- Portal diplomático. (n.d.). África Subsariana [Página online]. Retirado de <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-regionais/africa-subsariana>
- Portaria n.º 116/2013, de fevereiro (2013). *Participação portuguesa na missão EUTM Mali*. Diário da República, 1ª Série, 43, 7939-7940. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Portaria n.º 359/2018, de 20 de novembro (2018). *Participação nacional na EUTM Mali*. Diário da República 2ª Série, 119, 17502 - 17503. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Portaria n.º 596/2014, de 18 de julho (2014). *Participação portuguesa na missão EUTM Mali*. Diário da República 2ª Série, 137, 18585-18585. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Portaria n.º 679/2014, de 14 de agosto (2014). *Participação portuguesa na Missão das Nações Unidas no Mali*. Diário da República, 2.ª série, 156, 21101-21102. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Radio France International. (2018). Réunion du G5 Sahel: 414 millions d'euros de financement dont 50 millions de l'UE [Página online]. Retirado de <https://www.rfi.fr/fr/afrique/20180223-reunion-g5-sahel-ue-union-europeenne-doubler-contribution>
- Republica Portuguesa. (2021, February). Intervenção do Primeiro-Ministro na cimeira do G5 Sahel [Página online]. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/intervencao?i=intervencao-do-primeiro-ministro-na-cimeira-do-g5-sahel>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 05 de abril (2013). *Conceito*



- Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República 1^a Série, 67. 1981 a 1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Sangreman, C. (2009). *A teoria da Cooperação Internacional para o desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Santos, J. T., Aquino, C. F., Cesar, F. E. A. C., Pantano, M. J., & Santos, R. F. N. (2018). O conflituoso cinturão do Sahel. *Série Conflitos Internacionais*, 5(3), 01-10.
- Santos, L. A. B., & Lima, J. M. M. (Coord). (2019). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação* (2.^a ed., revista e atualizada). In *Cardenos do IUM*, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Secretariat permanent du G5 Sahel. (2017). *Resolution n° 00-01/2017 Relative a la creation d'une Force Conjoint du G5 SahelSAHEL*. Bamako: Autor.
- Sidikou, M. (2020). *Declaration du secretaire executif du G5 Sahel*. Discurso apresentado na Reunion du conseil de paix et de securite de l'union africaine do Congresso União Africana, Addid Abbeba.
- Silva, N. (2009). Diplomacia Securitária [Página online]. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/476>
- Silvério, P. J. A. (2020). Projeto Groupes d'Action Rapides - Surveillance et Intervention au Sahel. *Revista Militar*, 72(10), 827–842.
- Tebas, J. A. M. (2017). G5 Sahel: La Fuerza [antiterrorista] Conjunta (FC-G5S). *Boletin Instituto Español de Estudios Estratégicos*, 37, 102–119.
- Tertrais, B. (2014). *Uranium from Niger: A key resource of diminishing importance for France*. Copenhaga: Danish Institute for International Studies.
- The Armed Conflict Location & Event Data Project. (2018). The Sahel and the Merger of Islamist Factions [Página online]. Retirado de <https://acleddata.com/2018/02/22/10-hidden-conflicts-in-africa-9-the-sahel-and-the-merger-of-islamist-factions/>
- The Armed Conflict Location & Event Data Project. (2021). 10 Conflicts to Watch in 2021 [Página online]. Retirado de <https://acled.github.io/10Conflicts2021/>
- Tobie, A. (2017). A fresh perspective on security concerns among malian civil society. *SIPRI Insights on Peace and Security*, 2, 01-13. Retirado de <https://www.sipri.org/publications/2017/sipri-insights-peace-and-security/fresh-perspective-security-concerns-among-malian-civil-society>
- Tobie, A., & Chauzal, G. (2018). State Services in an Insecure Environment: Perceptions Among Civil Society in Mali. *SIPRI Insights on Peace and Security*, 7, 1–16.
- United Nations. (2013). *Policy on Integrated Assessment and Planning*. New York: United



Nations.

United Nations. (2019). Instabilidade no Sahel gerou cinco vezes mais deslocados no último ano. [Página *online*]. Retirado de <https://news.un.org/pt/story/2019/05/1671452>

United Nations. (2020). *United Nations integrated strategy for the Sahel progress report 2018-2019*. Genebra: Autor.

United Nations Office on Drugs and Crime. (2017). *Sahel Programme - Progress Report*. Dakar: Autor.

United Nations Office on Drugs and Crime. (2020). The G5 Sahel police component: A unique mechanism for the restoration of justice [Página *online*]. Retirado de <https://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/2019-12-06-unodc-composante-police-g5-sahel.html>

United Nations Security Council. (2013). *Resolution 2100*. Nova Iorque: Autor.

United Nations Security Council. (2017). *Resolution 2347*. Nova Iorque: Autor.

United Nations Security Council. (2020). Amid Increased Terrorist Activity in Sahel Region [Página *online*]. Retirado de <https://www.un.org/press/en/2019/sc14027.doc.htm>

Woldemichael, S. (2020). Counter-terrorism in Africa must adapt to new realities [Página *online*]. Retirado de <https://issafrica.org/iss-today/counter-terrorism-in-africa-must-adapt-to-new-realities>

Woody, C. (2016). Illegal drugs flow around the globe [Página *online*]. Retirado de <https://www.businessinsider.com/maps-of-global-drug-cocaine-heroin-use-2016-6>

World Nuclear Association. (2021). Uranium in Niger [Página *online*]. Retirado de <https://www.world-nuclear.org/information-library/country-profiles/countries-g-n/niger.aspx>

XXII Governo Constitucional. (2019). *Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023*. Lisboa: XXII Governo Constitucional.



Apêndice A — Metodologia de investigação

Quadro 1 - Metodologia de investigação

TEMA		G5 Sahel – A intervenção portuguesa na região do Sahel e os mecanismos de cooperação internacional					
Objetivo Geral		Analisar os objetivos de Segurança e de Defesa da intervenção portuguesa no Sahel, através dos mecanismos de cooperação internacional.					
Questão Central		Em que medida a intervenção portuguesa no Sahel, através de mecanismos de cooperação internacional, contribuiu para os objetivos de Segurança e Defesa? (Quais					
Objetivos Específicos (OE)		Questões Derivadas (QD)		Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de Recolha de Dados
OE 1	Identificar os desafios securitários no Sahel com impacto em Portugal.	QD 1	Que desafios securitários enfrentam os países do G5 Sahel com impacto em Portugal?	Segurança	Militar	Terrorismo Tráfico transnacional	Análise documental
					Societal	Migração ilegal	
OE 2	Caracterizar a organização do G5 Sahel.	QD 2	Como se caracteriza a organização do G5 Sahel?	Cooperação internacional	Defesa Político-militar	Acordos Multilaterais	Análise documental Entrevistas
OE 3	Identificar a participação portuguesa na região do G5 Sahel.	QD 3	Quais os mecanismos de cooperação internacional presentes no Sahel, que contam com a participação portuguesa?	<i>Comprehensive approach</i> Multilateralismo	Securitização	Participação em missões e operações em missões de gestão de crises	Análise documental Entrevistas
						Acordos Multilaterais	



Apêndice B — Universo de entrevistados

Tabela 2 - Universo de entrevistados

Código	Tipo de contacto	Data	Posto	Nome	Cargo
E1	<i>Teams</i>	27abr21	TCor	Luís Manuel Braz Bernardino	Docente no Instituto Universitário Militar
E2	Presencial	28abr21	Civil	Nuno Cabral	Assessor do Ministro da Defesa Nacional
E3	<i>Teams</i>	29abr21	BGen	Lemos Pires	Subdiretor-Geral de Política de Defesa Nacional
E4	<i>Teams</i>	30abr21	BGen	Boga Ribeiro	2º Comandante do NRDC Espanha



Apêndice C — Guião de entrevistas

Tabela 3 - Guião de entrevistas

Tópico	Questão	Código
Geral	O Sahel apresenta vários desafios de segurança, tais como o aumento da conflitualidade armada e a radicalização, o tráfico de droga, armas e pessoas e para alguns países é a fonte de recursos energéticos. Na sua opinião quais são os interesses nacionais na região?	Q1
	Qual o motivo que leva o Estado português a alocar recursos para a garantir a estabilidade daquela região?	Q2
	Não tendo Portugal uma estratégia específica para o Sahel, e as referências à região expressas no CEDN13, são muito redutoras, o que poderá dificultar a ação externa no Estado, quais são as orientações no âmbito da política externa de defesa nacional para a região do Sahel?	Q3
	Considera a participação portuguesa no Sahel, através dos mecanismos de cooperação internacional, apenas uma obrigatoriedade cooperativa ou existem outros objetivos?	Q4
	Quais são os principais benefícios retirados pelo Estado português com a participação nos diversos mecanismos de cooperação internacional?	Q5
UE	Portugal participa, desde 2013, nas missões da UE que treina e dá assessoria às Forças Armadas e de Segurança do Mali e Níger. Na sua opinião quais os objetivos que levaram o Estado português a integrar estas iniciativas europeias?	Q6
	Em 2018 e 2020 houve um reforço da participação portuguesa na EUTM – Mali, com a nomeação primeiramente do 2º comandante e mais tarde do comandante e EM pessoal. Quais as razões que estiveram na base deste reforço?	Q7
Coligação Sahel/Barkane/Takuba	França é um dos países com mais interesses na região do Sahel e Portugal assumiu recentemente o compromisso de integrar a Task Force Takuba, que por sua vez integra Operação francesa Barkane. Na sua opinião o que levou Portugal a integrar uma força vocacionada para o combate ao terrorismo e em especial em parceria com a França?	Q8
G5 Sahel	A organização de iniciativa africana do G5 Sahel, contou com o apoio da UE, da ONU e da União Africana. A França uma vez mais teve um papel fundamental na sua edificação. Na abertura da última cimeira de chefes de Estado do G5, o Sr. Primeiro-ministro afirmou que Portugal apoiava a organização, no entanto não é explícito o modo como o faz. Assim como é que Portugal apoiou ou apoia a organização do G5 Sahel?	Q9
	Sendo uma iniciativa regional Africana quais os objetivos que levam Portugal a apoiar a organização do G5 Sahel?	Q10



Apêndice D — Sinopses de entrevistas

Tabela 4 - Sinopses de entrevistas

Código único	Questão/resposta
Q1	O Sahel apresenta vários desafios de segurança, tais como o aumento da conflitualidade armada e a radicalização, o tráfico de droga, armas e pessoas e para alguns países é a fonte de recursos energéticos. Na sua opinião quais são os interesses nacionais na região?
E1	– A União Europeia tem um interesse legítimo porque daqui derivam grande parte dos problemas que afetam o continente e depois há outros países, entre os quais aparece Portugal, que realmente não se percebe muito bem qual é o interesse direto que possa ter nesta região se bem que aquando integrado na União Europeia, atuando integrado em parceria com a França percebe-se que haja aqui um acordo diplomático para a intervenção de Portugal nesta região. – Participa como produtor de segurança – Em termos bilaterais com a França, com Espanha, mas mais com a França poderá haver uma parceria de complementaridade de ajuda, tal como vemos também na RCA.
E2	– Algo novo e não como um fim em si mesma, esta região só nos interessou na época do Infante D. Henrique, de resto Portugal nunca se interessou por esta região. – Não temos qualquer envolvimento com a região, aliás não temos qualquer representação diplomática na região. O que temos é um diplomata residente, que é conjetural, e nomeados há três anos um enviado especial para o Sahel o Embaixador José Moreira da Cunha. – Os interesses nacionais franceses conjugam-se muito bem, aos meus olhos, com os interesses nacionais portugueses: a preservação da estabilidade da região, preservação da integridade territorial dos Estados da região, o desenvolvimento das autoridades do Estado. – Portugal aos estar presente, nos esforços liderados pela França, ou por outros tal como as Nações Unidas, marca uma presença que o credibiliza como interlocutor nas arenas fundamentais multilaterais da UE e ONU. – É na confiança depositada pelos outros que vamos buscar o benefício.
E3	– A nossa defesa coletiva e a nossa segurança cooperativa faz-se dentro da União Europeia e da NATO, e portanto, a defesa dos interesses da União Europeia com a defesa dos interesses da NATO é a defesa dos nossos interesses. – A defesa avançada da Europa faz-se no Sahel, faz-se na região subsariana. – Portugal e a Europa ganha profundamente naquilo que é a estabilização, o desenvolvimento e a securitização daquela região, não é só o tráfico de armas, não é só o tráfico de seres humanos, não é só o terrorismo transnacional, não é a criminalidade transnacional que ali vive, é uma desertificação.
E4	– Os interesses nacionais na região estão muito estão indexados aos interesses multilaterais europeus, que se podem resumir a: Segurança, contribuição para a melhoria das condições de vida e das condições humanitárias e um terceiro ligado aos efeitos do desenvolvimento e com as possibilidades de interação económica. – No caso nacional os dois primeiros parecem ser mais evidentes, porque do continente africano e particular do Sahel emergem um conjunto de efeitos normalmente associados a fenómenos migratórios, e numa segunda vertente a questão do terrorismo.
Q2	Qual o motivo que leva o Estado português a alocar recursos para a garantir a estabilidade daquela região?
E1	– Nós somos integrados nas grandes organizações vistos como um país produtor de segurança. – Estamos também em parceria com os nossos países parceiros, da França, da Espanha, portanto, é nesse contexto, nesse ambiente, é a segurança a área da política diplomática que nós atuamos no Mali.



E2	– Talvez possa-se de alguma forma associar hipoteticamente, o caso do gás e a questão que nós temos com a Argélia relativamente ao gás. – Nada nos impeliria a envolver com a região, o Sahel para Portugal não é obvio. – Com a ameaça do jihadismo internacional, aí o nosso interesse é espicaçado, isto vale para o Sahel como vale para a África central. – O jihadismo, não é intrinsecamente, mas conjunturalmente uma fonte de ameaça à segurança nacional. – Proteger o modo de vida ocidental, fruto da expansão do terrorismo. – As linhas de cisão dos territórios, devem ser vistas como fator de previsibilidade e estabilidade. O não reconhecimento das fronteiras é um fator de instabilidade enorme. Se o Mali a norte de Timbuktu se torna noutro país isso é um problema não só para o Mali, mas para todo o mundo. – A geração/criação de relações entre políticos e militares, tem efeitos, sabemos nós pô-los em prática noutras vertentes da cooperação entre países.
E3	– Portugal tem interesses diretos em participar como membro ativo proporcionalmente ao seu nível de forças e proporcionalmente ao seu nível de missão naquilo que é a defesa da linha avançada da defesa da Europa. – Eu acredito que é fundamental estabilizar o Mali e estabilizar o Sahel e ajudar esta linha de defesa, Portugal como país, estou perfeitamente consciente que este esforço, é um esforço que é recompensador para as nossas ambições como potência marítima, como utilizadores do Golfo da Guiné, como obviamente que por zonas onde nós temos, relativamente também a interesses.
E4	– Relacionados com estes grandes objetivos (Plano de ação da UE para o Sahel). – Existem objetivos do plano bilateral, não é só objetivos no plano multilateral. – As ligações que Portugal tem com os países do norte de África incontornavelmente também estão relacionadas com o que se passa a sul desses países, e o que se passa com os países do norte de África tem consequências com a Europa e em particular com a Europa do sul. Daí Portugal terá interesses em alocar recursos políticos, económicos, diplomáticos e no caso militar ajudar a conter ou pelo menos a estabilizar as situações por forma a que se possa dar oportunidade ao desenvolvimento.
Q3	Não tendo Portugal uma estratégia específica para o Sahel, e as referências à região expressas no CEDN13, são muito redutoras, o que poderá dificultar a ação externa no Estado, quais são as orientações no âmbito da política externa de defesa nacional para a região do Sahel?
E1	– Não foi questionado.
E2	– É uma participação <i>Ad Hoc</i> mas que se vai repetindo. – A nossa participação é fazermos parte da equipa, estarmos ali no meio. Alcançar o que é possível alcançar. – A experiência e o capital acumulado no Sahel e na RCA vão ter um impacto que é político, por um lado, na forma como nos envolvemos em Moçambique e como atraímos atenção do mundo para os nossos projetos em Moçambique ao mesmo tempo, ao nível das FFAA na experiência acumulada nesses diferentes teatros. – Custa-me enquanto diplomata falar em estratégias para o Sahel quando não temos lá ninguém. – Aos envolvermo-nos política e militarmente estamos mais a procurar pontuação com os europeus, ou até com outros africanos, do que com os sahelianos.
E3	– Reforço na posição do Sahel quer numa ótica de missões das Nações Unidas, quer na União Europeia, quer mesmo no caso bilateral. – Potenciar o esforço de reorganização de forças na Mauritânia.
E4	– Não foi questionado.
Q4	Considera a participação portuguesa no Sahel, através dos mecanismos de cooperação internacional, apenas uma obrigatoriedade cooperativa ou existem outros objetivos?
E1	– Em termos diplomáticos uma afirmação de Portugal porque paradoxalmente, nós estando a atuar no Mali e na RCA estamos a afirmar dentro da União Europeia.



	– Para ganhar créditos internos na União Europeia para eventualmente para determinadas outras condicionantes. – Garantir a nossa afirmação dentro da União Europeia como produtores de segurança e obviamente a partir daí poder ter capacidade negocial para outras ações. – Ganhar credibilidade destas organizações não só como produtor de segurança, mas depois também noutras áreas onde a diplomacia tem sempre a sua influência
E2	– Interesse no domínio multilateral e bilateral. No domínio multilateral, mostrar-se como um aliado, um interlocutor, aliás conquistar um lugar de interlocutor multilateral privilegiado, através do seu envolvimento direto no Sahel e outras iniciativas Sahelianas... A relação bilateral com a região e com os envolvidos considerados é escassa. Há uma dissonância na nossa linguagem política que identifica o Sahel como prioritário e os mecanismos de seguimento para a nossa ação política.
E3	– Portugal sempre fez parte dos quadros coletivos e sempre teve a fronteira da sua soberania alargada, aqui ainda faz mais sentido. – O nexo de desenvolvimento e segurança que se passa no Sahel é fundamental como a estabilidade numa Europa
E4	– Não podemos dissociar os interesses um interesse bilateral dos interesses multilaterais que a Europa tem com África. – Portugal tem mais possibilidade de fazer valer os seus objetivos e as suas ideias quando inserido numa estrutura de maior dimensão. – Ser solidário com uma intensão que é pragmatizada através de uma organização.
Q5	Quais são os principais benefícios retirados pelo Estado português com a participação nos diversos mecanismos de cooperação internacional?
E1	– Portugal tem um papel muito claro nesta região integrado na União Europeia, a parte económica não é tão visível, porque já vimos, a parte das Embaixadas não existe, nem a ligação ao tecido empresarial e à economia local não é conhecida. – Nós no Sahel estamos 90% na área da defesa e 10% no resto.
E2	– O nosso envolvimento nas iniciativas das prioridades alheias permite-nos com outra credibilidade abordar os nossos parceiros a pedir atenção para as nossas prioridades. – Para envolver as FFAA em combate. Não sendo um objetivo em si proporciona às FFAA manterem a sua atividade. – Os nossos objetivos, aos meus olhos, são essencialmente políticos.
E3	– Temos um enorme interesse como aliado credível e parceiro credível da NATO. E é isso que nos garante que somos considerados na altura dos comandos da NATO, dos parceiros, do estado, é isso que vamos construindo, porque é nós defendemos, porque? porque estamos solidários ombro a ombro, a resolver um problema que é de todos.
E4	– Não foi questionado.
Q6	Portugal participa, desde 2013, nas missões da UE que treina e dá assessoria às Forças Armadas e de Segurança do Mali e Níger. Na sua opinião quais os objetivos que levaram o Estado português a integrar estas iniciativas europeias?
E1	– Portanto eu penso que, esta cooperação bi- multilateral é um desafio para Portugal porque estrategicamente temos de nos saber situar dentro da organização, mas também não esquecer da dimensão dos países e nós deveríamos também nesta região começar por ter, e penso que já há esta intenção, cooperação bilateral com esses países. – A nossa missão da União Europeia na região é aquilo que nós chamamos estabilizador. – Portanto, só facto de estar lá na região, já garante alguma segurança da região, já garante que o nível de conflitualidade baixe para permitir a atividade no apoio à segurança e no apoio ao desenvolvimento.
E2	– Não foi questionado.



E3	– Nós trabalhamos em âmbitos coletivos, de segurança e defesa, e é no âmbito coletivo de segurança e defesa, que nós fazemos uma cooperação, portanto nós não escolhemos aquilo que é o mais importante para Portugal, não nós, nós trabalhamos em articulação com vários parceiros.
E4	– Perspetiva universalista nacional e com aquilo que é a solidariedade dentro da organização europeia, para com África, e encontra também espaço na nossa relação natureza com África. – A participação dos comandos e segundos comandantes têm que obrigatoriamente trazer alguma visibilidade ao esforço nacional que ali é praticado.
Q7	Em 2018 e 2020 houve um reforço da participação portuguesa na EUTM – Mali, com a nomeação primeiramente do 2º comandante e mais tarde do comandante e EM pessoal. Quais as razões que estiveram na base deste reforço?
E1	– Isto faz parte obviamente de uma política externa de defesa que em articulação com a União Europeia. – Eu penso que isto tem a ver com o alargamento que se pretendeu dar à missão, integrando mais valências e dando a possibilidade a outros países que possam trabalhar. – Por outro lado, nas Nações Unidas, eu penso que houve um efeito “António Guterres”, que de alguma forma obrigou a que Portugal tivesse também, um maior <i>commitement</i> nas missões das Nações Unidas para garantir que o secretário-geral era português. – É uma questão diplomática, é uma questão de afirmação de Portugal. – Mas é essencialmente uma dinâmica de crescimento da importância de Portugal e das nossas forças armadas.
E2	– É uma oportunidade que surge, é uma oportunidade que se aproveita. – É uma política de prestígio assumir chefias, mostra-se ainda mais que se está envolvido. – Pesa politicamente, tem uma dimensão que é inegável, a da visibilidade. – Não consigo interpretar isso como fazendo parte de uma estratégia na região ou mesmo para o país.
E3	– Esta nomeação foi feita a pedido, portanto, quem estava nomeado para comandar a EUTM Mali, até porque tem a ver com a proporcionalidade e número de forças, geralmente são os países que dão mais forças, foi pedido por Espanha, que Portugal pudesse substituir o Comandante numa missão, a que Portugal anuiu. – Há apetência demonstrada por Portugal na liderança da missão da MINUSCA, na liderança da missão da EUTM na República Centro Africana, na presença e na eficácia dos nossos militares na República Centro Africana, na contínua presença nas missões antigas que houve já no Uganda, na Somália, etc., mostram que nós somos um ator credível que leva que os países nos convidem para desafios como este. – Não é o convite só porque houve buraco, não, é a prova, é a credibilidade que Portugal.
E4	– A nomeação do Coronel Varegoso, como segundo-comandante, resultou de um processo de negociação no âmbito da geração de forças no seio da UE, como é feito para a NATO. – Conjugaram-se dois fatores, foi uma negociação entre Portugal e Espanha, por questões de natureza interna não foi possível assumir a liderança da EUTM Mali no período que mediava de dezembro de 2019 e junho de 2020. Houve fruto das boas relações bilaterais que existe entre os dois países, ma articulação e foi nessa circunstância que surgiu a minha nomeação para comandar a missão no Mali. – O Mali é curiosamente o teatro de operações para onde os países se candidatam com mais frequência para o comando. – A participação dos comandos e segundos comandantes têm que obrigatoriamente trazer alguma visibilidade ao esforço nacional que ali é praticado.
Q8	França é um dos países com mais interesses na região do Sahel e Portugal assumiu recentemente o compromisso de integrar a Task Force Takuba, que por sua vez integra Operação francesa Barkane. Na sua opinião o que levou Portugal a integrar uma força vocacionada para o combate ao terrorismo e em especial em parceria com a França?
E1	– Primeiro é o facto de Portugal se afirmar como produtor de segurança participando.



	– Segundo aspeto tem a ver também com a capacidade que nós vamos ter depois de integrar a rede de informações dessa área. – Terceira perspetiva é aquela que eu também acho que tem sempre estas participações, ao fim e ao cabo, é a questão de emprego das forças armadas como entidade credível, dando maior operacionalidade, dando maior visibilidade às forças armadas, dando maior missões, tem aqui também obviamente da parte do Ministério da Defesa.
E2	– Portugal e França têm no essencial, um núcleo de interesses que são coincidentes, que passam pela proteção dos interesses económicos, e estão cá em baixo, e Deus nos livre de nos envolvermos em violência organizada para defender interesses económicos. – A nossa relação com países africanos à exceção do Egipto é com países francófonos. – As relações de defesa em África, com países não lusófonos, são francófonos. – Somos, interlocutores e isso é um interesse Nacional muito claro, não só dentro da Europa como em África também e bilateralmente com os países africanos. – Sedimentar o nosso papel como interlocutor privilegiado com certos países, parceiros nosso na NATO, na UE, como interlocutor na área da segurança. – Para Portugal, pela capacidade relativa de um país com capacidades económicas, financeiras e militares estar envolvido é um interesse nacional, com objetivos ulteriores, obviamente.
E3	– Havendo iniciativa de um Estado, e estamos a falar já, de mais de uma dezena de Estados, sendo quase todos da União Europeia, portanto, esta aplicação de vontades, que se enquadra perfeitamente no âmbito multilateral, numa área de Portugal, achamos também podermos participar e, portanto, nós participamos ali. – Portugal a pedir aos outros aliados, lá está, e agora estamos a dizer aos outros, olha nós estamos a mandar 70 militares para Moçambique, e agora gostaríamos que vocês viessem connosco para uma EUTM em Moçambique e já agora nós damos metade do esforço. Portanto, a França dá grande parte do esforço e pede aos aliados para virem com eles e nós também pedimos. – É isto que temos de entender, ver sempre as questões da segurança cooperativa, como um todo.
E4	– Os objetivos que levaram a integrar a operação, terei de te remeter para as entidades que tomaram essa decisão. – Uma das questões que se tem sentido no Sahel de forma geral. Eu diria que são duas: uma é a dimensão do espaço que estamos a tratar é incomensuravelmente superior a dimensão do instrumento militar disponível, para o controlar. O outro é a qualidade o instrumento militar local, que quando de ataques terroristas no centro do Mali ou na região das três fronteiras, se não estavam acompanhados ou em conjunto com a Barkane ou com a MINUSMA tinham dificuldades em reagir. E necessitavam de um acompanhamento mais próximo para que pudessem reagir da melhor forma. – Uma das coisas que se verificava era quando as forças nacionais atuavam em conjunto com a Barkane o sucesso era diferenciado, e daí surgiu esta vontade francesa do acompanhamento.
Q9	A organização de iniciativa africana do G5 Sahel, contou com o apoio da UE, da ONU e da União Africana. A França uma vez mais teve um papel fundamental na sua edificação. Na abertura da última cimeira de chefes de Estado do G5, o Sr. Primeiro-ministro afirmou que Portugal apoiava a organização, no entanto não é explícito o modo como o faz. Assim como é que Portugal apoiou ou apoia a organização do G5 Sahel?
E1	– Primeiro, este discurso de António Costa, primeiro-ministro, é o apoio político nítido a esta força. – Segundo, integrado na União Europeia, o caráter financeiro, que nós com o dinheiro que damos para a União Europeia com recursos, com logística com o envolvimento – E depois, obviamente, nós temos aqui o facto de estarmos na EUTM e termos lá conselheiros militares, isto também de alguma forma, indiretamente mais uma vez.
E2	– Olhar para o envolvimento de Portugal com G5 Sahel e com os países do G5 Sahel como um vínculo para o aprofundamento de relações bilaterais.



	– Não sendo possível ter uma embaixada residente, temos militares em comissão de serviço temporariamente, como por exemplo o colégio de defesa do G5 ou nas EUTM. A nossa relação com o Mali vive da EUTM. – A Mauritânia tem o colégio de defesa do G5 Sahel e a capacidade que temos de nos envolver passa por aí, por exemplo. – Portugal através do Ministério dos Negócios Estrangeiros estava a tentar encontrar um donativo consignado para o colégio de defesa, não sei se se efetivou ou não.
E3	– Portugal apoia naquilo que tem a ver com o princípio estabilizador, com o princípio organizador, o princípio unificador. – Estuda a possibilidade de fazer parcerias, portanto o Exército português já disponibilizou a força do batalhão da Mauritânia, já estabelecemos parcerias naquilo que era, por exemplo que era para ter acontecido em 2020, mas por causa da pandemia não aconteceu.
E4	– Mais uma vez Portugal integrado no esforço europeu, não apoia exclusivamente o G5 Sahel, organização política, nem o G5 Sahel <i>Joint Force</i>, organização militar, única e exclusivamente através da ação da EUTM ou da EUCAP. Apoio através do apoio económico que a EU facilita a essas organizações. Há um conjunto de projetos da UE geridos através dos <i>advisers</i> da EUTM para a capacitação do G5 Sahel <i>Joint Force</i>. O apoio que todos os países fazem parte da UE também é veiculado através destas formas. Politicamente e diplomaticamente parece-me evidente, porque é uma forma de os locais contribuírem para a solução dos seus problemas.
Q10	Sendo uma iniciativa regional Africana quais os objetivos que levam Portugal a apoiar a organização do G5 Sahel?
E1	– Que é o conceito AFRICA OWNER SHIP, ou seja, os africanos terem capacidade para resolver os seus próprios problemas – Estamos a dar aos africanos a capacidade de eles se organizarem e resolverem os seus próprios problemas de segurança. – Portanto, isso é o que nós queremos, que é, este AFRICAN REGIONAL OWNER SHIP, seja efetivo.
E2	– O nosso envolvimento a prazo vai render frutos no domínio bilateral em escalas muito diferentes entre os países sahelianos. – Com a Mauritânia há, teoricamente, espaço onde os nossos meios podem frutificar mais do que com o Chade ou o Níger, a Mauritânia tem não só uma costa marítima, que ajuda sempre, e até nos nossos quadros mentais ajuda.
E3	– Nós temos 9 séculos de história que nos mostramos como aliado credível, esta questão da nossa credibilidade demorou muito tempo a crescer, mas que depois traduz-se em termos de oportunidade também. – As nações que se juntam a nós, porque encontram em Portugal como um ator reconhecido, preocupado com questões de segurança marítima, como ao mesmo tempo está também a caminho para a nossa própria economia, que é uma economia obviamente, que também tem apostas não só na região africana em geral, como nas regiões africanas em específicas, onde praticamente não havia nada e agora começou-se a desenvolver, a partir da Costa do Marfim, do Gana, do Senegal, etc., e com alguma presença, um bocadinho ainda tímida, mas já nestes países, que não há grande interesse.
E4	– Todas as organizações regionais que estão nos locais são quem conhece melhor estas situações. O apoio a estas organizações para que possam ser os africanos a resolver os problemas africanos, parece-me ser uma posição politicamente muito aceitável. – O que acontece é que as capacidades que estas organizações não têm sido suficientes para o fazer sozinhas, daí é que depois aparece esta intervenção. Ou seja, para os ajudar a resolver ou para que os problemas não transvasem para outras regiões, nomeadamente para a Europa tem que se fazer ali alguma coisa.

**Apêndice E — Análise de entrevistas****Tabela 5 - Análise de entrevistas**

Tipologia	Principais ocorrências	Frequência
Interesses nacionais na região.	Interesses multilaterais europeus/UE	E1, E3, E4
	Relações bilaterais com França	E1, E4
	Segurança	E1, E3, E2
	Credibilidade/reconhecimento	E1, E2
Motivo que levam o Estado português a alocar recursos para a garantir a estabilidade daquela região.	Portugal reconhecido como produtor de segurança	E1, E3
	Recursos	E1
	Segurança e estabilidade regional	E2, E4
Orientações no âmbito da política externa de defesa nacional.	Sem orientações/participação <i>Ad Hoc</i>	E2
	Reconhecimento entre países africanos	E2
	Reforçar a nossa posição na região do Sahel	E3
Obrigatoriedade cooperativa ou existem outros objetivos.	Reconhecimento internacional, credibilidade	E1, E2
	Obtenção de poder negocial dentro das organizações	E1, E4
	Segurança regional/cooperativismo	E3
Principais benefícios retirados pelo Estado português com a participação nos diversos mecanismos de cooperação internacional.	Credibilidade	E2, E3
	Obtenção de poder negocial/parceiro cooperativo	E2, E3
Objetivos que levaram o Estado português a integrar estas iniciativas europeias.	Segurança regional/cooperativa	E1, E3, E4
Razões que estiveram na base do reforço na EUTM – Mali.	Prestígio, visibilidade, afirmação	E1, E2, E3, E4
	Mostrar estar envolvido	E1, E2, E3
	Oportunidade	E2, E4
Parceria com a França.	Afirmação como produtor de segurança	E1, E2, E3, E4
	Integrar rede de informações	E1
	Credibilidade	E1, E3
	Interesses comuns com a França	E2, E4
	Obtenção de poder negocial dentro das organizações	E3
Como é apoiada a organização do G5 Sahel.	Afirmação política	E1, E2, E4
	Apoio financeiro através da UE	E1, E3, E4
	Indiretamente através dos mecanismos de cooperação internacional	E1, E2, E3, E4
	Apoio financeiro nacional (fase de angariação de fundo)	E2
	Cooperações bilaterais	E2, E3
Objetivos que levam Portugal a apoiar a organização do G5 Sahel.	Capacitar africanas a resolver os seus problemas	E1, E4
	Desenvolvimento de futuras relações bilaterais	E2/E3
	Afirmação de aliado credível	E3